

RELATÓRIO & CONTAS 2013



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA



ÍNDICE

I	Síntese de Indicadores	7
II	Estrutura Accionista e Órgãos Sociais	9
III	Mensagem da Presidente do Conselho de Administração	11
IV	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	13
V	Relatório de Gestão	15
	1 · O Banco Carregosa	15
	2 · Principais Eventos de 2013	16
	3 · Política de Comunicação e Responsabilidade Social	17
	4 · Organização Interna e Segmentos de Negócio	19
	5 · Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros	21
	6 · Síntese da Actividade	23
VI	Análise às Contas 2013	31
VII	Declaração de Conformidade sobre Informação Financeira	43
VIII	Eventos Subsequentes	45
IX	Informação nos Termos do Art.º 66º do C.S.C.	47
X	Política de Remuneração dos Órgãos de Gestão, Fiscalização e Colaboradores	49
XI	Proposta de Aplicação de Resultados	53
XII	Agradecimentos	55
XIII	Contas Consolidadas - Análise e anexos	57
XIV	Contas Individuais - Análise e anexos	99
XV	Certificação Legal de Contas (Consolidadas e Individuais)	137
XVI	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	141
XVII	Extracto das Deliberações Tomadas na Assembleia Geral de 28 de Maio de 2014	143

ON May 15, 1976
THE REPUBLIC OF PORTUGAL
 7272

15 U.74 @ 100% + cps over 15.575 att



REPUBLIC OF PORTUGAL

7% EXTERNAL LOAN BOND DUE 1976
 DUE NOVEMBER 15, 1976

The Republic of Portugal (hereinafter called the Republic) for value received, hereby promises to pay to bearer or if this Bond be registered as to principal, to the registered owner hereof, the principal sum of **ONE THOUSAND DOLLARS**

As the 15th day of November, 1976, the President of the Republic of Portugal, in each case or variety of the Republic of Portugal, has caused this Bond to be executed with the facsimile signatures of the Minister of Finance of the Republic, the President of the Junta de Crédito Público and another member of the Junta de Crédito Público in office at the date of this Bond (which execution shall be valid for and for a successor of any of them shall be in office at the date of issue of this Bond) and has caused the Seal of the Junta de Crédito Público to be duly affixed hereto and the coupons accompanying hereto to be executed with the facsimile signature of the Minister of Finance of the Republic in office at the date of this Bond.

IN WITNESS WHEREOF, the Republic has caused this Bond to be executed with the facsimile signatures of the Minister of Finance of the Republic, the President of the Junta de Crédito Público and another member of the Junta de Crédito Público in office at the date of this Bond (which execution shall be valid for and for a successor of any of them shall be in office at the date of issue of this Bond) and has caused the Seal of the Junta de Crédito Público to be duly affixed hereto and the coupons accompanying hereto to be executed with the facsimile signature of the Minister of Finance of the Republic in office at the date of this Bond.

In Witness Whereof, the Republic has caused this Bond to be executed with the facsimile signatures of the Minister of Finance of the Republic, the President of the Junta de Crédito Público and another member of the Junta de Crédito Público in office at the date of this Bond (which execution shall be valid for and for a successor of any of them shall be in office at the date of issue of this Bond) and has caused the Seal of the Junta de Crédito Público to be duly affixed hereto and the coupons accompanying hereto to be executed with the facsimile signature of the Minister of Finance of the Republic in office at the date of this Bond.

Dated: November 15, 1976
CERTIFICATE OF AUTHENTICATION
 This is one of the Bonds of the issue of 7% External Loan Bonds due 1976, within referred to.
MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK
 as Authenticating Agent.
 By: [Signature]
 Authorized Officer

REPUBLIC OF PORTUGAL
 By: [Signature] Minister of Finance
 By: [Signature] President of the Junta do Crédito Público
 By: [Signature] Member of the Junta do Crédito Público

600 to 94

I. SÍNTESE DE INDICADORES

CONTAS INDIVIDUAIS	2013	2012	2011
Margem Financeira	4 821 917	9 341 312	2 587 595
Comissões Líquidas	2 716 726	3 045 263	3 852 605
Resultados de Operações Financeiras (Liq.)	12 032 793	11 786 661	3 016 359
Outros Resultados de Exploração	-580 600	-390 879	-581 735
Produto Bancário	18 990 837	23 782 357	8 874 824
Custos com o Pessoal	-3 372 817	-3 451 182	-3 986 513
Outros Gastos Administrativos	-3 716 633	-3 302 373	-2 698 109
Custos de Estrutura	-7 089 450	-6 753 555	-6 684 622
Amortizações	-874 989	-1 627 583	-816 651
Provisões	-579 502	-130 684	0
Imparidades	312 149	-407 134	-235 959
Resultado Antes de Impostos	10 759 045	14 863 401	1 137 592
Impostos	-3 709 881	-5 399 497	-217 477
Resultado Líquido	7 049 164	9 463 904	920 115
Total do Activo Líquido	228 858 967	256 599 162	176 958 433
Capitais Próprios	38 657 129	32 726 801	21 945 255
Fundos Próprios	33 298 095	26 049 628	20 135 213
Depósitos de Clientes	95 089 633	77 880 651	50 542 564
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	41,06%	51,02%	16,90%
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,29%	0,38%	2,14%
Rendibilidade de Activos Médios (ROA)	2,90%	4,37%	0,80%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	22,66%	30,42%	3,56%
Rácio de Solvabilidade	20,50%	21,00%	30,20%
Margem Financeira / Activo Remunerado	2,61%	4,81%	1,54%
Custos de Estrutura / Produto Bancário	37,33%	28,40%	75,32%



II. ESTRUTURA ACCIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos	PRESIDENTE
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	Secretária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	PRESIDENTE
António José Paixão Pinto Marante	Administrador
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	Administrador
Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya	Administrador
Pedro José Malheiro Duarte	PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA (CE)
Paulo Armando Morais Mendes	Vogal da CE
Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes	Vogal da CE

CONSELHO FISCAL

Maria da Graça Alves Carvalho	PRESIDENTE
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos	Vogal
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	Vogal
André de Castro Amorim	Vogal (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (SROC)

Vilar, Campos, Gomes & Associados representado por Cristina Maria Martins Gomes	SROC
António Magalhães & Carlos Santos	Suplente (SROC)

Accionistas com participações superiores a 5% do capital social:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projectos, SGPS
António José Paixão Pinto Marante

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas realizada em 10 de Maio de 2012 para o triénio 2012-2014.



III. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex.mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral,
Senhores Accionistas,

O ano de 2013 do Banco Carregosa ficou marcado pela morte de três colaboradores, dois dos quais administradores. A instituição sofreu a perda de dois dirigentes, os que nela trabalham sofreram a perda de companheiros, de amigos.

Sabemos que a vida tem de continuar mas é reconfortante sentir junto de nós a total disponibilidade dos que connosco trabalham para tentar compensar as perdas sofridas. A Comissão Executiva reorganizou-se, acumulou pelouros e contou com o importante apoio dos directores centrais, enquanto se preparava a substituição.

Continuamos com a mesma determinação a tentar resolver os problemas que todos os dias surgem a exigir-nos que flexibilizemos os planos de início de ano sem nos desviarmos nunca da linha traçada sobre o essencial de que não queremos afastar-nos.

Mas o ano de 2013 não ficou só marcado por momentos de tristeza. Também houve momentos de celebração, de orgulho, de alegria por estarmos a conseguir continuar uma obra de quase dois séculos. Foi um momento alto do ano de 2013 aquele em que festejamos com os nossos clientes e amigos os 180 anos da instituição L. J. Carregosa onde o banco mergulha as suas raízes e de onde provém o seu nome.



Os resultados que este ano vos apresentamos permitirão uma distribuição de dividendos que os senhores accionistas por certo esperam e que nos impomos como objectivo conseguir.

Esta é a nossa maneira de agradecer a confiança com que nos quiseram distinguir e que queremos continuar a merecer.

Muito obrigada,

Maria Cândida Rocha e Silva
Presidente do Conselho de Administração



CARRREGOSA &
UPDES PAPEIS

D.ª MARIA CANDIDA ROCHA E SILVA
CORRETORA OFICIAL
DA
BOLSA DE VALORES DO PORTO

IV. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Excelentíssimos Senhores Accionistas,
Illustres Membros dos Órgãos Sociais
Caros Colaboradores,

Do exercício de 2013 temos as consequências dos actos profissionais espelhados no relatório e contas, mas retarei para sempre os pessoais que, apesar de já não ser novo, me lembrou a precaridade da vida, reiterando a relatividade dos problemas e a frieza da natureza.

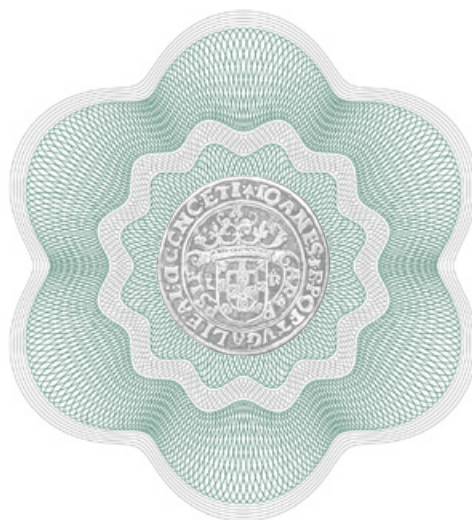
Quero aproveitar esta oportunidade para prestar o meu tributo e homenagem aos dois colegas que nos deixaram, criando um vazio difícil de preencher:

- Ao Carlos, um profissional irrepreensível e de uma rara solidariedade, que de mim fez um amigo.
- Ao Paulo, um companheiro de vida e de vidas, de alegrias e tristezas, que conheci desde que me conheço, das poucas pessoas que realmente me são insubstituíveis.

Descansem em Paz!

Termino com o meu agradecimento a todos os stakeholders que permitiram que concluíssemos mais um exercício com resultados assinaláveis.

Pedro Duarte
Presidente da Comissão Executiva



1994 Conta de Lourenço Joaquim Carregosa
Lourenço Joaquim Carregosa

CAMBISTA

276, Rua das Flores, 278

PORTO

Compra e vende toda a qualidade de moedas
d'ouro ou prata,
tanto nacional como estrangeira. Notas
dos Bancos de Hespanha, França e Inglaterra.

V. RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do Banco Carregosa, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respectivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rubricas obrigatórias elencadas no art.º 66 n.º 5 (Relatório de Gestão).

1 - O BANCO CARREGOSA

O Banco Carregosa é um banco de investimento focado no segmento de banca privada, que compreende a prestação de serviços bancários e de investimentos, de forma personalizada e especializada, a Clientes que procuram proteger ou aumentar o seu património, beneficiando de aconselhamento profissional e exclusivo.

O Banco tem sede no Porto, na Avenida da Boavista, e conta actualmente com duas agências em Lisboa e dois escritórios de representação, localizados em Madrid e em São Paulo.

O Banco encontra-se autorizado para exercer a actividade bancária desde 2008, mas o nome Carregosa está associado ao sector financeiro desde 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa abriu a casa mãe, que viria a ser conhecida como L. J. Carregosa, dedicada ao negócio de divisas.

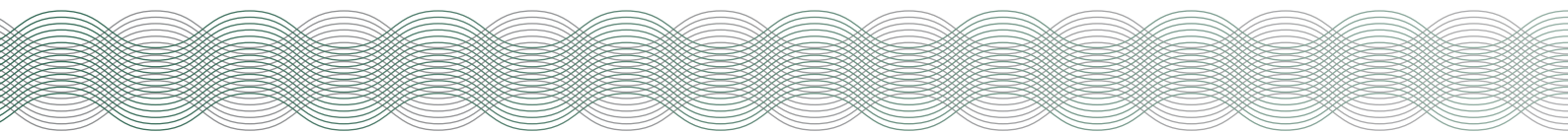
A oferta do Banco é especialmente dirigida ao segmento de clientes particulares, a quem providencia serviços financeiros genéricos, soluções de poupança, gestão de activos, corretagem (tradicional e *online*), custódia e subscrição de fundos de investimento, assentando a sua actuação nos valores tradicionais, no contacto pessoal, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e dos objectivos do Cliente e no aconselhamento independente e profissional.

O Banco tem igualmente um conjunto de soluções especialmente adaptadas a investidores Institucionais e Empresas, incluindo soluções *corporate* e de gestão e cobertura de risco, serviços de depositário de Fundos de Investimento de natureza diversa e serviços de liquidação e compensação no âmbito do MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade.

A área de tesouraria e gestão da carteira própria é também essencial na actividade do Banco Carregosa, tendo nos últimos anos contribuído de forma significativa para a formação do produto bancário.

Ao longo do século XX, embora mantendo os valores tradicionais da banca do século XIX, tão enraizados na instituição pelos seus fundadores, a L. J. Carregosa soube adaptar-se às necessidades dos Clientes e às mudanças no sector financeiro. Ao virar do século XXI, celebrou uma parceria com o Saxo Bank que desenvolveu, para Portugal, a plataforma mais avançada para a negociação no mercado de capitais, hoje utilizada em todo o mundo, pelas mais diversas instituições financeiras. Em sequência dessa parceria tecnológica, em 2000, é dado um passo pioneiro com o lançamento do primeiro serviço de corretagem *online* em Portugal. A evolução da negociação *online* levou ao lançamento da marca GoBulling, em 2007, o primeiro *broker* a praticar comissão de corretagem zero em todos os mercados Euronext.

Ciente da importância e da procura crescente por soluções *online* e pela maior celeridade e autonomia na busca de informação e acesso a mercados e instrumentos financeiros, o Banco reformulou o seu website em 2013, cumprindo-se, desse modo, dois objectivos essenciais: passar a disponibilizar uma solução de *homebanking* aos Clientes de banca privada e lançar um serviço de banca *online* especializada em soluções de poupança e de investimento, que assumiu a designação GoBulling – Banco Carregosa Online.

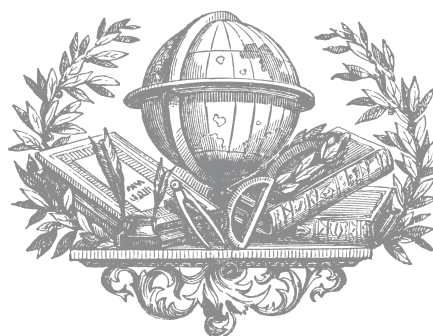


2 · PRINCIPAIS EVENTOS DE 2013

Em 2013 comemorou-se o 180º aniversário da Casa Carregosa. Para assinalar a data, foram organizados dois eventos, um no Porto outro em Lisboa, que foram oportunidades únicas para celebrar com os Clientes a longa e singular história da Carregosa no sector financeiro nacional.

O ano foi ainda marcado por vários acontecimentos, de que se destacam:

- Fevereiro: Lançamento do Fundo imobiliário Retail Properties – O Banco assumiu um papel importante na estruturação e colocação deste fundo imobiliário, cuja política de investimento se centra no arrendamento de superfícies comerciais a reconhecidas marcas do sector do retalho alimentar. A oferta pública permitiu colocar a totalidade dos 10 milhões de euros oferecidos junto de mais de uma centena de participantes;
- Março: Membro Fundador da Casa da Música – No seguimento da sua filosofia de promoção e fomento de actividades culturais, é atribuído ao Banco Carregosa o estatuto de Membro Fundador da Casa da Música, instituição de relevo no panorama cultural nacional;
- Março: *Clearing Member* do OMIP – O Banco tornou-se no terceiro *General Clearing Member* (Membro Compensador Geral) do OMIP na Península Ibérica, assumindo assim a responsabilidade pela gestão do risco e a liquidação das posições de derivados de energia dos seus Clientes. Este segmento de negócio, apesar de recente, conseguiu atrair cerca de 20% dos membros negociadores do mercado a prazo;
- Abril: Membro da APB – O Banco Carregosa tornou-se associado da Associação Portuguesa de Bancos (APB);
- Maio: Lançamento do Primeiro Depósito Indexado – Tendo como subjacente o índice Eurostoxx, o “Depósito Indexado Carregosa Europa” foi o primeiro depósito indexado lançado pelo Banco Carregosa que desde então tem mantido uma oferta regular deste tipo de produtos;
- Maio: Banco Oficial do Portugal Open – Com vista a alargar o reconhecimento da marca “Banco Carregosa”, especialmente em Lisboa, onde a presença é mais recente, e a potenciar o contacto com o seu mercado alvo e os seus clientes, o Banco associou-se pela primeira vez a um dos mais importantes e tradicionais eventos desportivos realizados em Portugal;
- Outubro: “*Best Private Bank*” – Atribuição da distinção de “*Best Private Bank*”, a actuar em Portugal em 2013, pela publicação inglesa “*World Finance*”;
- Outubro: SuperFeed™ – O Banco Carregosa tornou-se no primeiro cliente, em Portugal, a aderir ao SuperFeed™ da NYSE Technologies, a divisão tecnológica do grupo NYSE Euronext. Esta funcionalidade facilita um acesso consolidado aos dados de mercado de bolsas nos EUA, Europa e Ásia, promovendo simultaneamente a eficiência operacional e de custos;
- Novembro: Prémio da Revista Exame – Na 24ª edição dos Prémios “Banca & Seguros”, organizada pela Revista Exame, o Banco foi distinguido, pelo segundo ano consecutivo, como o “Médio ou Pequeno Banco que Mais Cresceu”;
- Novembro: “Jogo da Bolsa” – A iniciativa anual do Jornal de Negócios e da GoBulling, ganhou o prémio “*Euronext Lisbon Awards*”, na categoria “*Best Capital Market Promotion Event - Dedicated to Retail Investors*”; e
- Dezembro: Lançamento do novo sítio na internet – Com o novo sítio o Banco passou a disponibilizar um serviço de *homebanking* aos clientes da banca privada e relançou o seu canal *online*, que evoluiu para uma plataforma alargada de soluções de poupança e investimento.



3 · POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Marcas e Comunicação

A política de comunicação global do Banco Carregosa encontra-se dividida em duas áreas distintas, consoante o segmento de mercado a que se dirige: a área de banca e mercado de capitais *online*, que actua sob a marca GoBulling Banco Carregosa Online e a área de banca privada sob a marca Banco Carregosa.

A GoBulling Banco Carregosa Online, que tem o seu negócio centrado na negociação de valores mobiliários, produtos bancários *online* e prestação de outros serviços financeiros, tem uma presença baseada na internet, através de uma moderna plataforma de negociação.

Por se dirigir a um grupo mais vasto de clientes – utilizadores, tem uma exposição publicitária mais expressiva. Dirigida ao *mass market*, privilegia os canais publicitários digitais ou eventos que acarretem uma forte presença na web. Para além de diversas campanhas publicitárias, a GoBulling é co-organizadora do Jogo de Bolsa, evento anual de promoção do mercado de capitais feito em parceria com o Jornal de Negócios, tal como foi patrocinadora do “FEP Trading Cup 2013”, organizado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Já o posicionamento da área de banca privada, Banco Carregosa, é totalmente distinto: dado privilegiar o contacto pessoal, as suas iniciativas em acções promocionais da marca são muito selectivas e pontuais, de que são exemplo a associação ao maior evento de ténis do país, o Open de Portugal, ou a eventos de carácter cultural, mas de âmbito nacional, como sucedeu em 2013 com o patrocínio atribuído à exposição do Museu Nacional de Arte Antiga “Rubens, Brueghel, Lorrain – A paisagem nórdica do Museu do Prado”.

Em termos mediáticos, tanto o Banco Carregosa como a GoBulling Banco Carregosa Online são presença assídua nos meios de comunicação social nacionais e estrangeiros, com comentários, análises ou opiniões sobre temas de domínio económico e financeiro que, frequentemente, são convidados a emitir. Em 2013, na Comunicação social portuguesa, o Banco Carregosa e a GoBulling foram citados em cerca de 2000 notícias, distribuídas entre a imprensa escrita, rádio e televisão.

Este número ficou a dever-se sobretudo ao facto de os temas relacionados com o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro terem cada vez mais destaque nos *Media*, permitindo ao Banco beneficiar de uma maior exposição, mantendo a devida discrição.

Responsabilidade Social

O Banco Carregosa encara a responsabilidade social como uma forma de retribuir à sociedade o papel que ela oferece à instituição e o reconhecimento que atribui à sua história e à importância da sua actividade. Essa retribuição é feita, fundamentalmente, sob três formas.

Numa lógica de proximidade e compromisso com a comunidade, são concedidos apoios de diversa natureza, que privilegiam entidades da área geográfica onde está implantado, sejam eles de carácter social, cultural ou assistencialista. Disso são exemplo os apoios concedidos Casa da Música, à Liga dos Amigos do Hospital de São João, ao Festival Solidário de Tunas – Obra do Frei Gil.

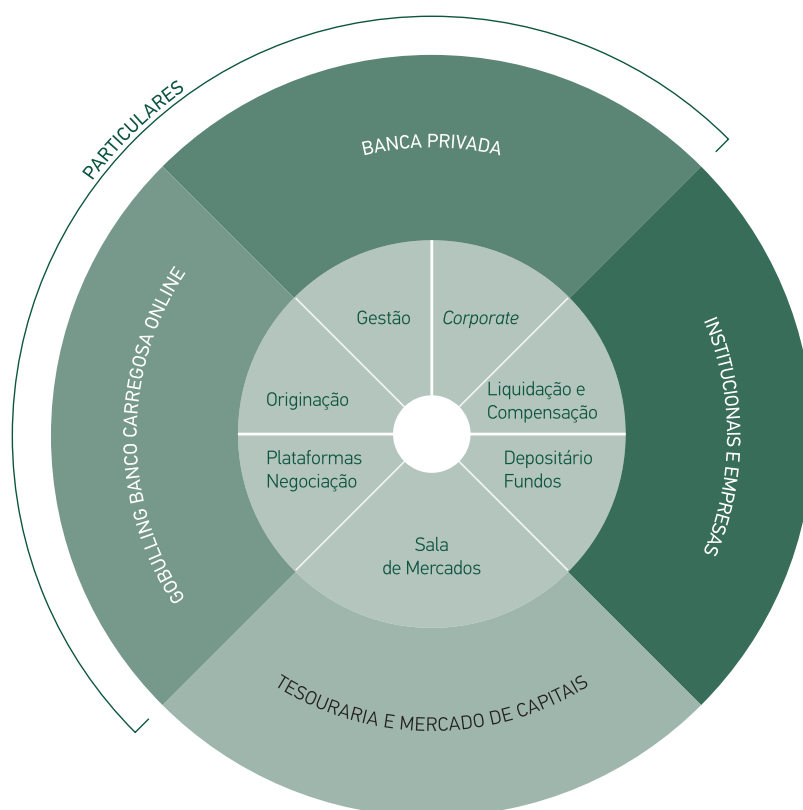
Numa outra vertente, o Banco Carregosa associa-se a instituições que se dedicam à ciência, ao desporto e à cultura. Em 2013, foram apoiados o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), o Museu Nacional de Arte Antiga e a Fundação Calouste Gulbenkian. Foram ainda concedidos diversos patrocínios no âmbito do desporto, de pendor juvenil e educacional, em áreas como o hipismo, golfe e voleibol.

Valorizando a componente exclusiva de solidariedade social, o Banco Carregosa apoiou, em 2013, o projecto “Mais Proximidade, Melhor Vida”, inserido no Centro Social Paroquial de São Nicolau, que presta auxílio aos idosos residentes da Baixa de Lisboa, contribuiu para a “Mão Amiga – Associação Nacional de Solidariedade Social”.

Do ponto de vista interno, o bem-estar dos colaboradores assume um papel primordial, pois estes são determinantes na construção da nossa identidade e na prossecução sustentável da actividade.

Em 2013, é de salientar a forte aposta na formação. No seguimento de um levantamento de necessidades formativas efectuado juntos dos próprios colaboradores, os Recursos Humanos elaboraram um calendário de acções formativas que visa suprir as necessidades mais abrangentes e transversais à organização. A par destas acções levaram-se a cabo esforços para estimular a partilha do conhecimento entre colaboradores, através da realização de *Workshops* sobre temas relevantes para a actividade. Estes eventos tiveram resultados positivos a vários níveis, pois potenciaram a interacção entre os colaboradores de diferentes áreas e uma melhor percepção do contexto em que nos inserimos.

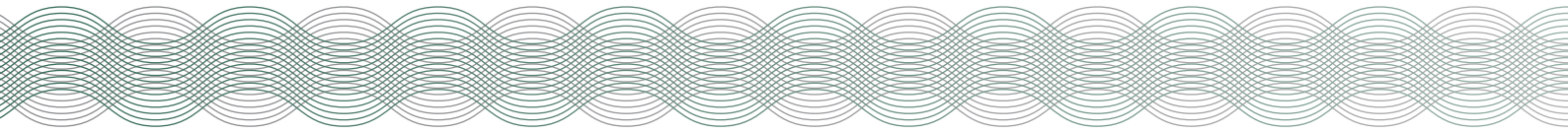
4 · ORGANIZAÇÃO INTERNA E SEGMENTOS DE NEGÓCIO



O Banco Carregosa tem vindo a desenvolver a sua actividade em torno de três grandes áreas de negócio: Banca de Particulares, Institucionais e Empresas e Tesouraria e Mercado de Capitais.

Na área de Particulares o Banco Carregosa tem como proposta essencial a Banca Privada, uma banca assente nos valores tradicionais, no contacto pessoal, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e dos objectivos dos Clientes e na capacidade de prestar um aconselhamento profissional na gestão de patrimónios. Este serviço caracteriza-se por um estreito relacionamento entre o Cliente e os *private bankers* que, por opção, acompanham um número limitado de clientes, de forma a assegurar a excelência na prestação do serviço.

Para os investidores que privilegiam a liberdade de uma actuação autónoma, embora podendo contar com o aconselhamento de experientes profissionais de mercado, o Banco propõe, desde o final de 2013, a **GoBulling - Banco Carregosa Online**, que proporciona o acesso a um vasto conjunto de produtos de poupança e investimento, bem como aos mais importantes mercados financeiros, baseando-se em plataformas de negociação *online*.



O negócio de particulares é apoiado por uma área de produto responsável por todo o processo de investimento e de aconselhamento, assente numa abordagem por classes de activos, combinando uma perspectiva fundamental (estratégica) e de *momentum* (táctica). Partindo do conhecimento aprofundado do Cliente, a esta equipa cabe o desenho de soluções de investimento ajustadas a cada Cliente e a posterior selecção dos melhores investimentos disponíveis nos diferentes mercados para cada classe de activos. Esta oferta é complementada pelo trabalho da equipa de **Originação**, que combina as perspectivas de mercado dos gestores do Banco com os perfis dos clientes, lançando produtos orientados para necessidades específicas.

Tendo por base a proposta de investimentos, o Cliente encontra no Banco Carregosa três modalidades de actuação distintas, a que correspondem níveis diferentes de autonomia na gestão do seu património financeiro: mandatos de gestão discricionária, mandatos de *advisory* ou a mera execução e custódia.

A **gestão discricionária** é feita directamente nas contas dos Clientes, podendo ter por base Modelos de Gestão – estratégias de alocação ou estratégias específicas para determinadas classes de activos, geridas de forma agregada – ou carteiras desenvolvidas à medida do Cliente, sendo o posicionamento estratégico em tudo semelhante ao definido nos modelos de alocação de activos, ainda que ajustado ao perfil e às convicções do Cliente (por exemplo, excluindo-se ou incluindo-se activos/sectores em função da sua preferência).

Nos **mandatos de aconselhamento** (*advisory*) a gestão dos investimentos é feita pelo Cliente em ligação com os nossos gestores profissionais. São especialmente orientadas para clientes que procuram ter um maior envolvimento na gestão do seu património, mas que valorizam um aconselhamento especializado e continuado para os auxiliar na estruturação das suas carteiras e na selecção dos melhores activos e oportunidades.

Para os clientes que procuram tão só um serviço de execução de elevada qualidade, o Banco disponibiliza a sua **sala de mercados**, assegurando o acesso a um conjunto alargado de praças e de instrumentos, disponibilizando uma execução rápida, *traders* experientes e outros serviços como, por exemplo, crédito para aquisição de instrumentos financeiros.

Além da oferta dirigida a clientes particulares, o Banco Carregosa presta um relevante conjunto de serviços especializados especialmente desenhados para **Institucionais e Empresas**.

O serviço de **Corporate** visa assessorar os Clientes no processo de criação de valor dos seus negócios. Do leque de serviços disponíveis destacam-se o aconselhamento em parcerias estratégicas e em operações de fusões e aquisições.

Num contexto de retracção da actividade de *trading* no mercado de capitais, e numa tentativa de rentabilizar os recursos operacionais que o Banco já dispõe, ao mesmo tempo que diversifica as áreas de negócio em que actua, identificaram-se duas oportunidades que permitiram incrementar a oferta de serviços no segmento dos clientes **Institucionais**: a disponibilização de serviços de Depositário de Fundos de Investimento e os serviços de Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), juntam-se assim aos serviços de Execução e Custódia institucional, oferecidos desde longa data.

A área de **Tesouraria e Mercado e Capitais**, onde se inclui a gestão da carteira de investimentos do Banco, é essencial na actividade do Banco Carregosa, tendo nos últimos anos contribuído de forma significativa para a formação do produto bancário. A sua relevância estende-se à influência que exerce sobre a originação de produtos e soluções para clientes e, bem assim, à gestão da liquidez e das posições de cobertura de riscos.



5 · ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E A SITUAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

No plano macroeconómico, 2013 caracterizou-se por um crescimento da actividade económica global de 3%, abrandando ligeiramente face aos 3,2% registados em 2012. Esta desaceleração ficou a dever-se a factores como a redução do crescimento de economias emergentes, a desalavancagem do sector privado nas economias mais desenvolvidas, políticas orçamentais restritivas, dificuldades decorrentes da crise da dívida soberana na Zona Euro e clima de incerteza relacionado com as negociações dos limites ao endividamento nos EUA.

O crescimento da economia norte-americana abrandou em 2013, cifrando-se nos 1,9%. Num contexto internacional adverso, os EUA beneficiariam positivamente da valorização dos preços dos imóveis e do mercado accionista. No que diz respeito ao emprego, verificou-se uma quebra na taxa de desemprego para os 6,7% no final de 2013.

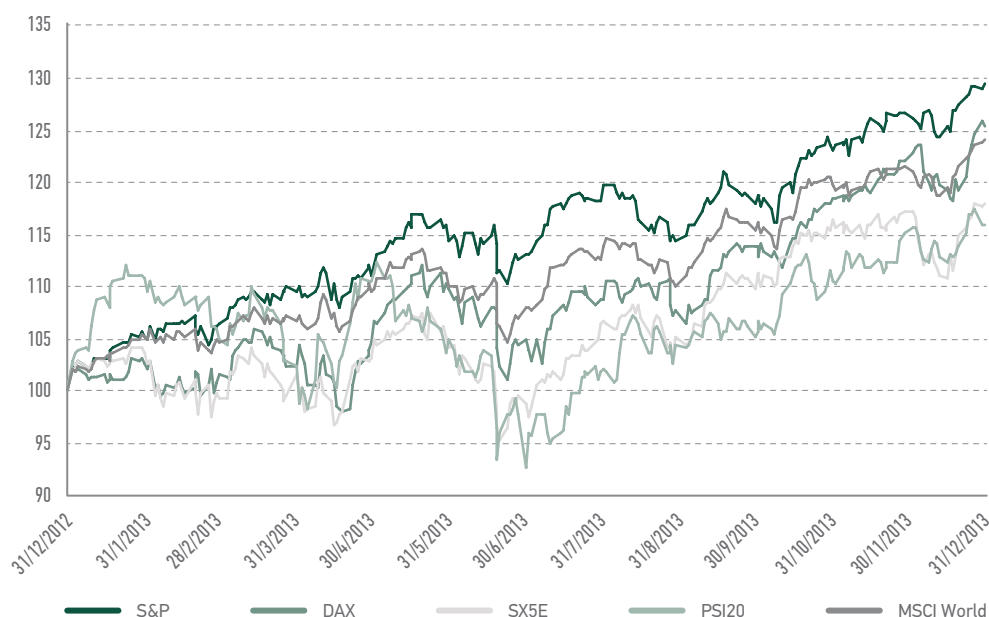
Em 2013, o PIB da Zona Euro recuou pelo segundo ano consecutivo, retrocedendo 0,4%, sobretudo resultado das políticas de consolidação orçamental implementadas por países como Espanha e Itália, duas economias de dimensão considerável. Num contexto de dificuldades económicas e de redução da procura interna, verificou-se uma manutenção da taxa de desemprego nos 12% (11,9% em 2012). Relativamente à inflação, esta situou-se nos 0,8% em Dezembro de 2013, valor abaixo do objectivo de 2% definido pelo BCE.

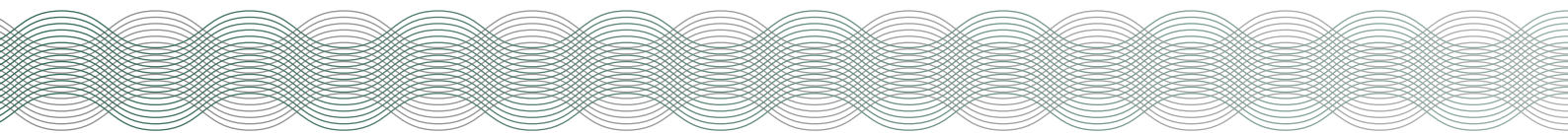
Relativamente a Portugal, manteve-se o Programa de Assistência Económica e Financeira, o que levou à adopção de mais um conjunto de diversas medidas de consolidação orçamental. Portugal terminou 2013 com uma queda do PIB estimada em 1,4%. Esta queda ficou a dever-se, essencialmente, a uma forte redução da procura interna. Por outro lado, a procura externa líquida foi apresentando sinais positivos. A inflação medida pelo IPC cifrou-se em 0,4%, uma redução face ao valor de 2012, sobretudo devido a uma descida dos preços dos combustíveis.

Mercados Financeiros

À semelhança do que já ocorrera em 2012, as políticas expansionistas dos principais bancos centrais (FED e BCE), assumiram um papel preponderante no desempenho dos mercados. Estes estímulos conjugados com uma melhoria da confiança e optimismo dos investidores, nomeadamente no que diz respeito à resolução da crise na Zona Euro, foram alguns dos factores que contribuíram para as fortes valorizações verificadas nos mercados accionistas.

Evolução dos Índices em 2013





ÍNDICE	2013	% var. Volume	2012	% var. Volume
PSI20	15,98%	41,10%	2,9%	-27,2%
CAC40	17,99%	-3,30%	15,2%	-20,6%
EuroStoxx50	17,95%	-4,80%	13,8%	-22,8%
S&P500	29,60%	3,30%	13,4%	-19,5%
IBEX35	21,42%	-1,00%	-4,7%	-24,2%
DAX30	25,48%	-2,50%	29,1%	-20,8%

Antevisão de 2014

Para 2014, tudo indica que haja uma melhoria no cenário macroeconómico mundial, sobretudo sustentada pela melhoria no crescimento das economias desenvolvidas (+2,3%), pois mantém-se as dúvidas quanto ao desempenho das economias emergentes.

Os EUA deverão crescer perto dos 3% e a Europa cerca 1,3%. No que diz respeito à China, a valorização da moeda em cerca de 15%, implicou uma perda de competitividade que dificilmente será recuperada com outras variáveis. A mudança de modelo económico não trará resultados no curto-prazo, pelo que muitas dúvidas subsistem em relação à previsão da OCDE de crescimento de 8,2% para a China em 2014. Quanto aos restantes emergentes, adivinha-se um ano difícil e, provavelmente, com desempenhos desinteressantes. A redução de estímulos do FED com o presente fluxo de saída de capitais, e consequente pressão sobre as moedas locais, obrigará as economias emergentes a fazer reformas para atrair investimento e garantir crescimento futuro. Essas reformas, geralmente, não têm fácil aprovação social e criam instabilidade no curto-prazo pelo que, até se ter um maior grau de visibilidade, os investidores atrasarão o seu investimento.

No caso de Portugal, prevê-se que voltemos a crescer entre 1% a 1,5%, com as surpresas a dependerem mais da dinâmica externa, pois a dinâmica interna continuará deprimida por força da desalavancagem que continuará em curso nos próximos anos. O crescimento é, sem dúvida, um bom sinal, mas Portugal precisa de um crescimento nominal do PIB na ordem dos 4% para conseguir inverter a dinâmica de subida do rácio da dívida/PIB.

A dominar a agenda de preocupações dos investidores em 2014, teremos em dúvida os seguintes temas:

- A velocidade da redução de estímulos por parte do FED (e do Banco de Inglaterra) e o respectivo impacto nos mercados;

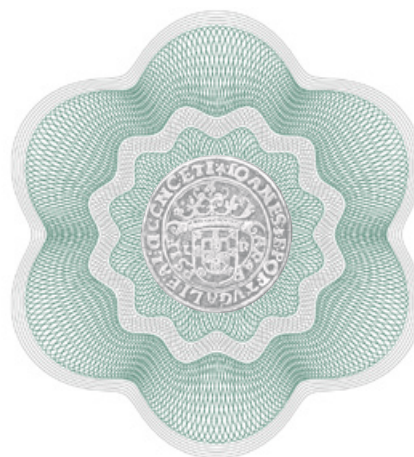
- A "guerra cambial silenciosa" que procura garantir níveis de competitividade e crescimento que permitam reduzir o geralmente elevado nível de dívida; e

- A instabilidade social previsível para os países emergentes.

Mesmo com todas as incertezas no plano macroeconómico, numa economia global a crescer 3% haverá certamente alternativas para bons investimentos, que permitam aumentar as poupanças dos clientes. No entanto, ao contrário dos anos anteriores, quer as acções, quer as obrigações, de uma forma geral, não apresentam preços interessantes, o que implica que os investidores terão de ser mais selectivos nas suas escolhas dos investimentos, bem como mais pacientes e oportunistas no momento de entrada.

No que diz respeito aos investimentos de baixo risco, a convicção do Banco Carregosa é que as obrigações de qualidade (soberanas e de empresas com balanços sólidos) estão sobreavaliadas e são pouco atractivas pois apresentam uma taxa de juro real negativa. O *High Yield* oferece hoje uma *Yield-to-Maturity* de 5%, tendo em conta que a taxa de *default* histórica está próxima deste valor, a relação risco/retorno deste activo não parece apelativa. Tal não significa que, pontualmente, não se encontrem oportunidades dentro deste segmento, mas neste caso a preferência irá para maturidades mais curtas.

As acções estão mais atractivas por comparação com a classe obrigacionista, pois o retorno esperado é maior que a taxa sem risco acrescida do prémio de risco. Mas depois de dois anos seguidos em que praticamente as subidas se explicam quase na totalidade por expansão de múltiplo, é natural que os investidores façam uma pausa para confirmar se o crescimento de resultados sempre vai aparecer. A título de exemplo, nos últimos 2 anos, as empresas Europeias subiram os seus resultados menos de 3% e o índice europeu subiu cerca de 30%. O mesmo se aplica ao caso norte-americano.



6 · SÍNTESE DA ACTIVIDADE

Banca Privada

Durante 2013, o Banco Carregosa manteve uma especial atenção ao desenvolvimento da sua actividade principal – a banca privada –, a qual observou um crescimento significativo por via do alargamento da base de clientes e, bem assim, pelo reforço do envolvimento com o Banco dos Clientes existentes, que continuaram a privilegiar o serviço personalizado, o aconselhamento independente e a oferta diversificada de soluções ajustadas às necessidades específicas de cada Cliente.

Com efeito, os montantes sob supervisão atribuídos a esta unidade de negócio registaram em 2013 uma variação positiva superior a 25%, face aos valores observados no final de 2012.

Em 2013, foram lançados, de forma regular, vários produtos, recomendações e ideias de investimento, com vista a completar as soluções que os *private bankers* têm à disposição para melhor servirem os interesses dos Clientes. Neste contexto, foram ainda estabelecidas novas parcerias, nomeadamente com instituições bancárias internacionais, as quais se revelaram importantes para aumentar a capacidade e flexibilidade de desenvolvimento de soluções à medida.

GoBulling Banco Carregosa Online

Em 2013, a actividade do canal *online* ficou marcada pela reformulação, já no final do ano, do site do Banco, traduzindo um posicionamento mais abrangente deste canal que passa assumir-se como uma plataforma *online* de banca especializada em soluções de poupança e de investimento.

Esta transformação beneficiou não só os Clientes, enquanto utilizadores e investidores, mas também afectou positivamente a eficiência operacional do próprio Banco, na medida em que foram implementados controlos e funcionalidades que agilizam processos internos de natureza diversa.

Ao recorrer a este canal, o Cliente passou a poder efectuar transferências financeiras, aceder directamente à subscrição de produtos como depósitos a prazo, consultar o extracto financeiro, visualizar informação detalhada sobre os títulos que compõem a sua carteira, activar controlos adicionais aquando da inserção das ordens, entre outras funcionalidades.

Os produtos financeiros desenvolvidos *in-house*, de que fazem parte os depósitos promocionais, passaram também a fazer parte de uma oferta sistemática e consistente, colocando o Banco numa posição competitiva face a outras instituições que já disponibilizavam este tipo de soluções.

No que diz respeito à Intermediação, tem-se assistido a uma redução do volume de transacções de Clientes. Sendo esta quebra transversal ao sector, o Banco manteve as suas quotas de mercado em algumas categorias de instrumentos.

PRODUTO FINANCEIRO	QUOTA DE MERCADO					
	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Acções						
<i>Off+Online</i>	2,40%	2,40%	3,60%	2,60%	2,30%	2,10%
<i>Online</i>	8,10%	9,90%	12,90%	10,70%	6,80%	7,80%
Mercado a Prazo						
Ordens recebidas <i>online</i>	11,00%	16,00%	15,00%	20,00%	23,00%	18,00%
Futuros	6,40%	23,20%	7,50%	30,90%	23,60%	16,90%
Opções	88,70%	95,80%	82,70%	n/d	n/d	n/d

Originação e Gestão

Dando seguimento à estratégia iniciada no ano anterior, o Departamento de Originação e Gestão, em estreita colaboração com as áreas comerciais, desenvolveu ao longo do ano esforços para alargar a oferta base do Banco e desenhar produtos que permitissem a clientes com diferentes perfis de risco captar as oportunidades de investimento detectadas pela equipa.

De entre estes destacam-se os depósitos indexados, os quais pelo seu perfil de resultados, num quadro de redução das taxas de juro captaram o interesse dos investidores, passando a ser disponibilizados de forma regular. Em resultado, observou-se um aumento do número de produtos colocados, com um montante subscrito crescente a cada colocação, tendo um impacto relevante na captação de novos recursos, bem como na fidelização dos recursos já existentes.

No que respeita à gestão de activos, o volume sob gestão cresceu substancialmente no ano de 2013, traduzindo-se num crescimento de 65%, face a 2012. Este incremento ficou a dever-se, por um lado, ao bom desempenho da equipa de gestão, que proporcionou, na generalidade das estratégias oferecidas, resultados positivos e superiores aos respectivos *benchmarks* e, por outro, a um incremento nos recursos captados. A lista de fundos de terceiros seleccionada pela equipa de gestão também obteve, em média, resultados acima dos respectivos índices.

ESTRATÉGIA	PERFORMANCE ESTRATÉGIA	BENCHMARK	PERFORMANCE BENCHMARK
Obrigações	4,52%	JPMorgan Credit Index	1,34%
Acções	19,57%	MSCI Europe	16,43%
Alternativos	3,17%	Euribor 6M	0,31%

Tesouraria e Carteira Própria

Esta unidade, onde se inclui a gestão da carteira de investimentos do Banco, contribuiu de forma significativa para a formação do produto bancário. A gestão da carteira própria voltou a obter resultados bastante satisfatórios, tendo o Resultado de Operações Financeiras atingido cerca de € 12 milhões, o que configura uma ligeira melhoria face a 2012.

Na sequência da rápida valorização das Obrigações do Tesouro (OT's), e tendo em vista uma maior flexibilidade na gestão da carteira destes instrumentos, procedeu-se à desmobilização da carteira de títulos detidos até à maturidade. Este desinvestimento teve um forte impacto, incrementando os Resultados de Operações Financeiras, mas penalizando significativamente a margem financeira, que no total regrediu 48% face ao ano anterior. Tendo em conta o binómio risco/retorno, e de acordo com a sua política conservadora, o Banco optou por recorrer a instrumentos de dívida com menor prazo e menor risco, nomeadamente pela troca de parte da carteira de instrumentos de médio-longo prazo por Bilhetes do Tesouro.

Devido à baixa rentabilidade do investimento em obrigações europeias, face aos riscos de crédito e taxa de juro, o Banco procedeu à aquisição de obrigações de alguns emittentes brasileiros em USD, com cobertura cambial, que ascendiam a \$16,5 milhões de dólares no final do ano.

Outros Serviços

Num contexto de retracção da actividade de *trading* no mercado de capitais, e numa tentativa de rentabilizar os recursos operacionais que o Banco já dispõe, ao mesmo tempo que diversifica as áreas de negócio em que actua, identificaram-se duas oportunidades que permitiram incrementar a oferta de serviços e que ganharam relevo em 2013.

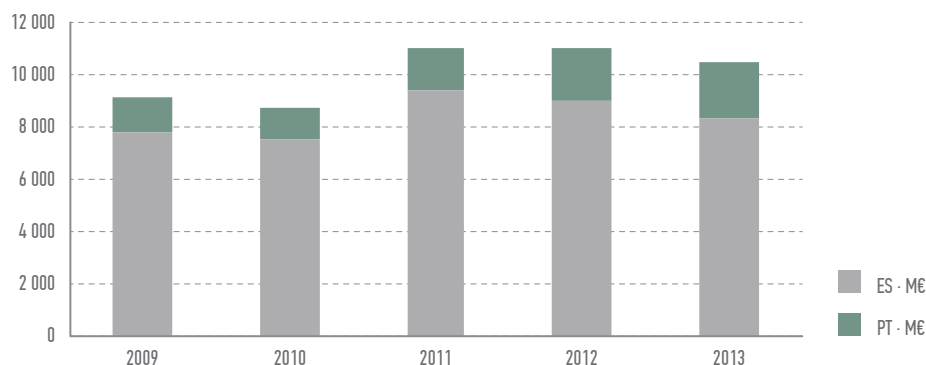
Depositário de Fundos de Investimento

O Banco, aproveitando a estrutura já montada, e a experiência que tem vindo a fomentar nos últimos anos, tem desenvolvido esforços para captar novos Clientes para este tipo de serviços. No final do ano contavam-se já três fundos imobiliários, repartidos por duas sociedades gestoras distintas e cujo volume sob gestão ascendia a mais de € 31 milhões.

Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL):

Em 2013, o volume negociado no OMIP ultrapassou os €10 mil milhões, sendo que a parte relativa ao mercado português correspondeu a 90% das necessidades de fornecimento de energia nacionais. Em Março, o Banco foi admitido como *General Clearing Member* (Membro Compensador Geral) do OMIP, estatuto que compartilha com outros bancos de primeira linha.

Volume Negociado (Milhares de Euros)



Os grandes *players* do mercado têm dimensão e capacidade financeira suficiente para garantirem, eles próprios, a boa liquidação das operações. No entanto, no mercado actuam empresas de menor dimensão que necessitam de recorrer a um membro compensador, existindo muito poucos intermediários financeiros a fornecer este serviço – é este o segmento-alvo do Banco Carregosa. Neste 1º ano de actividade como *General Clearing Member*, o Banco, com o apoio da Rede Externa, prestou serviços de compensação e liquidação a sete *trading members*, todos não-residentes, estando a desenvolver esforços para diversificar a oferta de serviços neste segmento já em 2014.

Controlo Interno

Em 2013, as três unidades do Sistema de Controlo Interno (*Compliance*, Risco e Auditoria Interna), embora com autonomia reforçada, mantiveram uma relação de apoio colectivo a todas as unidades orgânicas com reporte sistemático, e sempre que justificável, junto dos competentes órgãos decisórios.

Estas três unidades desenvolvem as suas actividades autónomas, com um objectivo centrado na sustentabilidade dos processos, políticas e procedimentos, reforçando a auto-regulação e a prevenção em matérias de supervisão, garantindo o cumprimento das obrigações legais e de *reporting* a que o Banco está obrigado.

Como reforço desta preocupação, o controlo interno teve uma intervenção de relevo na série de *workshops* internos que o Banco Carregosa promoveu em 2013 junto dos seus colaboradores, no ajustamento de metodologias de controlo permanente, na formação dirigida, emitindo sinais de alerta de risco de incumprimento sempre que tal se mostrou eminente e justificável.



COMPANHIA FABRIL DOURO

SOCIEDADE ANONYMA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital — Rs. 150:000\$000

CONSTITUIDA POR
ESCRITURA DE 1 DE
FEVEREIRO DE 1890.

PUBLICADA NO DIARIO
DO GOVERNO DE 4.
DE FEVEREIRO DE 1890.

TITULO DE UMA ACCÃO

Accão N.º 1.112

Reis 100\$000

O PORTADOR

*é interessado no fundo social d'esta Companhia pela
quantia de CEM MIL REIS, valor realisado por este
titulo, e tem direito ao capital e dividendos que lhe
pertencerem.*

Porto, 1 de Janeiro de 1890.

Os Directores,

*António Augusto de Albuquerque
Gonçalves
M. J. de Almeida*

i) Risco

O Departamento de Risco encontra-se na dependência directa da Comissão Executiva e é responsável por fornecer informação quantitativa e qualitativa sobre todos os Riscos.

Realiza relatórios com diferentes periodicidades, com incidência nos riscos a que o Banco está sujeito, tanto para uso interno, como para as Entidades de Supervisão. Não obstante os relatórios periódicos, o Departamento elabora análises esporádicas a situações de risco, em especial operacionais.

Em 2013, o Departamento de Risco colaborou activamente em vários projectos, de que se destacam:

- PROJECTO ARGUS – Implementação de um *software* de detecção de operações e clientes suspeitos de envolvimento com branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.
- PROJECTO NOVO SITE – Integração de várias propostas contidas no projecto DMIF, realizado no ano anterior;
- CRÉDITO – Criação de uma metodologia de apuramento de probabilidade de incumprimento e perdas dado o incumprimento;
- PROJECTO EMIR – Implementação;
- PROJECTO BASILEIA III E COREP/FINREP – Implementação.

**ii) Auditoria**

A Auditoria Interna do Banco Carregosa é um órgão de apoio com reporte directo ao Presidente da Comissão Executiva.

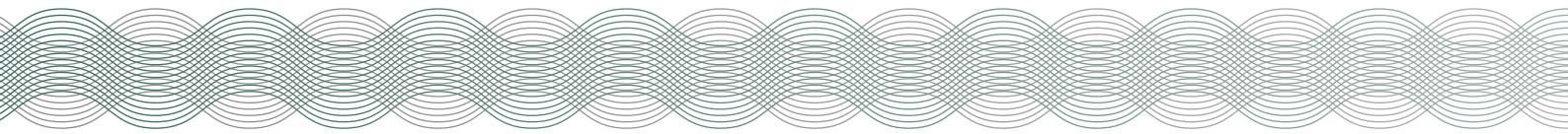
A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações, relativas às actividades examinadas, incluindo a promoção do controlo eficaz a custo razoável. A auditoria revela as fraquezas, determina as causas, avalia as consequências e propõe soluções.

Para a execução do seu programa de intervenção anual, estabelece um conjunto de objectivos ajustados às exigências da Instituição e à necessidade permanente de manter e acrescentar valor à sua actividade corrente, ao suporte operativo e ao desenvolvimento continuado, assente nas plataformas tecnológicas de apoio ao negócio.

A metodologia utilizada segue os padrões internacionais, tendo a Auditoria como competências:

- Apoiar, orientar, acompanhar e avaliar os actos de gestão administrativa, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, objectivando a sua eficiência, e equidade, assim como a aderência aos regulamentos internos aprovados;
- Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pela unidade de Auditoria;
- Estabelecer e monitorizar planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, visando uma maior eficiência e eficácia dos controlos internos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de actividades que não agregam valor para a Instituição;
- Elaborar o Plano Anual de Actividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Actividades da Auditoria Interna;
- Promover diligências e elaborar relatórios por determinação da Comissão Executiva;
- Assessorar a Comissão Executiva ou Entidades delegadas (Revisor Oficial de Contas, Conselho Fiscal e Auditorias Externas), nos assuntos de sua competência.
- Elaborar inquéritos disciplinares;
- Outras que a Comissão Executiva, a seu tempo, determine.

Relativamente ao cumprimento do Plano de Auditoria Interna para 2013,



foram recentradas as intervenções programadas no âmbito das implementações em curso, decorrentes da reestruturação orgânica realizada no segundo semestre de 2012 e dos projectos entretanto concluídos.

iii) Compliance

A área de Compliance actua como garante do cumprimento dos deveres e obrigações a que o Banco, como intermediário financeiro, se encontra sujeito, nomeadamente no controlo efectivo do envio atempado de reportes às Autoridades de Supervisão e Regulação, quer na vertente de acompanhamento, quer na vertente de divulgação de novas obrigações. Para esse efeito, faz um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados, enviando-os aos Departamentos relevantes e colaborando na implementação de medidas e procedimentos a adoptar.

Inclui-se, no âmbito de actuação do Departamento, a colaboração no processo de controlo de operações suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, sendo sua atribuição a comunicação às autoridades competentes de suspeitas da prática desses crimes.

Nesse sentido, o Departamento acompanha a execução dos diferentes deveres do Banco, prestando um apoio contínuo aos diferentes colaboradores envolvidos na sua execução e actualizando, em permanência, a informação sobre os normativos aplicáveis.

Em cumprimento do estipulado legal e regulamentarmente, em 2013, foi dedicada particular atenção à detecção de potenciais melhorias do programa de prevenção do branqueamento de capitais, implementado no ano anterior. Dessa análise resultou a necessidade de alguns ajustamentos e desenvolvimentos, que se prolongarão durante o primeiro semestre de 2014.

Adicionalmente, o Departamento de Compliance colaborou com as restantes unidades de estrutura na implementação de novos requisitos regulamentares (como por exemplo, a obrigatoriedade de entrega de "Informações Fundamentais ao Investidor" previamente à aquisição dos produtos financeiros complexos indicados pelo Regulamento da CMVM n.º 2/2012), assim como no acompanhamento dos normativos aplicáveis aos novos produtos comercializados, em concreto os depósitos indexados.

No final de 2013, o Departamento de Compliance participou no processo de revisão do novo site do Banco, em particular na especificação dos requisitos do processo de abertura de conta *online* e na garantia do fornecimento ao público da informação legal e regulamentarmente exigível.

O processo de análise e tratamento de reclamações encontra-se sob a responsabilidade deste Departamento. Aqui, a informação necessária à análise destas é recolhida e tratada por elementos independentes da área de negócios a que respeita a reclamação, com reporte directo à Comissão Executiva, sendo o Departamento igualmente responsável pelo seu seguimento e arquivo, com garantia da sua rastreabilidade futura.

Sempre que tal se mostre relevante, o Compliance colabora com os restantes Departamentos na prestação de informação diversa às autoridades de supervisão.

Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos tem como principais objectivos atrair, desenvolver e reter o melhor talento na organização, através da criação de condições para um ambiente onde os colaboradores se sintam motivados a explorar todo o seu potencial, com uma atitude positiva e construtiva, levando-os a desejar permanecer na organização.

Em 2013, a estratégia do Banco Carregosa passou, por um lado, pela manutenção do seu quadro de pessoal e, por outro, na aposta na criação de condições para o desenvolvimento dos seus talentos. Salienta-se a forte aposta na formação interna - permitindo a dispersão e valorização de um elevado *know how* interno; bem como a melhoria das áreas de avaliação de desempenho e gestão de benefícios.

Em Dezembro de 2013, o Banco Carregosa apresentava um quadro de pessoal de 66 colaboradores, verificando-se assim uma ligeira diminuição do número de colaboradores relativamente ao período homólogo.

A antiguidade média é de 5 anos confirmando-se assim as expectativas de manutenção da estrutura desde a passagem a Banco em 2008.

Evolução do Quadro de Pessoal

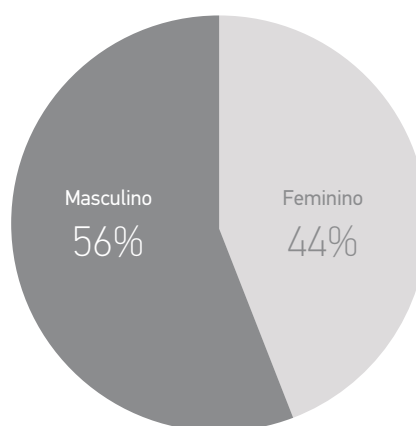
PERÍODO	DEZ. 2012	DEZ. 2013
Sede	51	50
Lisboa	15	14
Espanha (escritório de representação)	2	2
TOTAL	68	66

O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, com competências adequadas às suas funções, com experiência no sector bancário e qualificações acima da média (75% dos colaboradores possui formação superior).

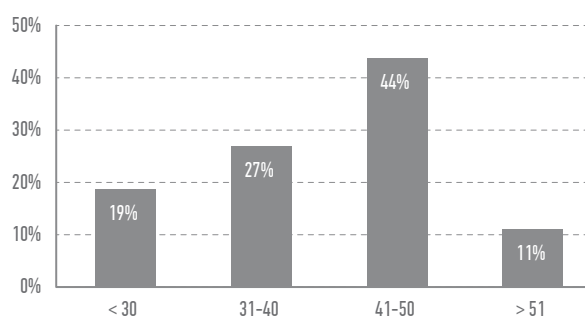
Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio. A percentagem de colaboradoras do sexo feminino era no final de 2013 de 44%, e o rácio Homem/Mulher de 1,3.

A idade média dos colaboradores manteve-se nos 41 anos.

Distribuição por Género



Distribuição por Faixa Etária



COMPANHIA NACIONAL DE CAMINHOS DE FERRO

COMPANHIA NACIONAL

DE CAMINHOS DE FERRO

Sociedade anonyma — Responsabilidade limitada



CAPITAL RS. 1.534.365\$000

Emissão de 23.000 obrigações numeradas de 29.401 a 52.400, do capital de Rs. 90\$000

Amortizáveis ao par por sorteios semestrais em 99 annos

Vencendo o juro annual de 4 1/2 % ou Rs. 4\$050

ENTREGUE UMA FOLHA COM OS GUPES N.º 121 A 159

DESTINADA Á CONSTRUCCÃO DA LINEA DE MIRANDELLA A BRAGANCA

Autorizada por portaria de 2 de julho de 1903

OBRIGAÇÕES DE COUPON N.º 35661 a 35665

RS. 450\$000

Estas obrigações tem como garantias, além das receitas liquidas geraes da Companhia, a garantia do Governo Portuguez de 4 1/2 % sobre 25.990.000 réis por cada kilometro construido da linha ferrea de Mirandella a Braganca, nos termos do contracto definitivo de concessão de 24 de outubro de 1902 e da portaria de 30 de junho de 1903. Estas garantias serão devidamente consignadas ás obrigações da presente emissão, fazendo-se opportunamente as devidas inscrições hypothecarias nas competentes conservatorias de registo predial.

O pagamento dos juros vencidos e o reembolso das obrigações sorteadas terão logar nos dias 2 de janeiro e 1 de julho de cada anno na sede da Companhia Nacional.

Lisboa 15 de julho de 1905

BRAGANCA

Os Directores

Antonio Manuel de Sousa
Manuel de Sousa

Fez Companhia Nacional de Caminhos de Ferro

Antonio Manuel de Sousa

35661 a 35665

Continuação dos coupons do titulo de cinco obrigações.

VI. ANÁLISE ÀS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS:

No ano em análise, o Banco obteve resultados líquidos positivos de € 7 049 164 que, comparado com 2012 (€ 9 463 904), representa um decréscimo de 25,5%. Estes resultados assentam sobretudo no desempenho extraordinário da carteira própria que, face às oportunidades de negócio e à evolução favorável dos preços das obrigações do tesouro português, contribuíram de forma muito positiva para o resultado final.

Apesar do contexto exigente e de não se ter conseguido superar os resultados, verdadeiramente excepcionais de 2012, o desempenho do Banco em 2013 foi bastante satisfatório, representando um crescimento considerável, sobretudo quando comparado com 2011.

Os principais indicadores de desempenho encontram-se no quadro “Síntese de Indicadores”, que traduzem como principais destaques da evolução do Banco em 2013:

- O Activo Líquido diminuiu 10,8%, para cerca de € 229 milhões, como resultado da redução do financiamento junto do Banco Central Europeu e um incremento de cerca de € 6 milhões dos Capitais Próprios, devido sobretudo ao reforço de Fundos Próprios;

	2013	Var %	2012	Var %	2011
Total do Activo Líquido	228 858 967	-11%	256 599 162	45%	176 958 433
Capitais Próprios	38 657 129	18%	32 726 801	49%	21 945 255
Fundos Próprios	33 298 095	28%	26 049 628	29%	20 135 213

- No que diz respeito ao Crédito, é de salientar a redução de cerca de 22% do Crédito Vencido, o que vem reforçar a sua reduzida expressão, representando agora 0,29% do Crédito Concedido a apenas 0,05% do Activo Líquido;

	2013	Var %	2012	Var %	2011
Crédito Vencido/Crédito Concedido	0,29%	-22%	0,38%	-82%	2,14%
Crédito Vencido/Activo Líquido	0,05%	-14%	0,06%	-44%	0,10%
Crédito Concedido/Depósitos de Clientes	41,06%	-20%	51,02%	202%	16,90%
Crédito Concedido/Activo Líquido	17,06%	10%	15,48%	221%	4,83%

- Os Recursos de Clientes têm vindo a crescer, cifrando-se em cerca de € 95 milhões a 31 de Dezembro, o que representa um aumento de 22% face ao final do ano anterior e de 89% face a 2011;
- No que concerne aos Resultados, destaca-se a Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios de 22,66%, fruto dos bons resultados obtidos nos últimos exercícios;

RENDIBILIDADE	2013	Var %	2012	Var %	2011
Rendibilidade de Activos Médios (ROA)	3,19%	-26%	4,29%	636%	0,58%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	22,66%	-26%	30,42%	754%	3,56%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	8,60%	-20%	10,77%	168%	4,02%

- O **Produto Bancário** atingiu cerca de € 19 milhões, valor inferior ao alcançado em 2012, mas que representa um crescimento de mais de 100% se comparado com o ano de 2011;
- A redução do Produto Bancário fica a dever-se a uma queda de 48% na **Margem Financeira** para € 4,8 milhões, por via de uma diminuição dos proveitos, que resultou da alienação de parte da carteira de activos detidos até à maturidade, com impacto muito expressivo nos juros;
- As **Comissões Líquidas** apresentam uma tendência decrescente, fruto da redução no volume de transacções de Clientes, que mantiveram uma maior apetência para Depósitos em detrimento de outros instrumentos negociados no mercado de capitais;

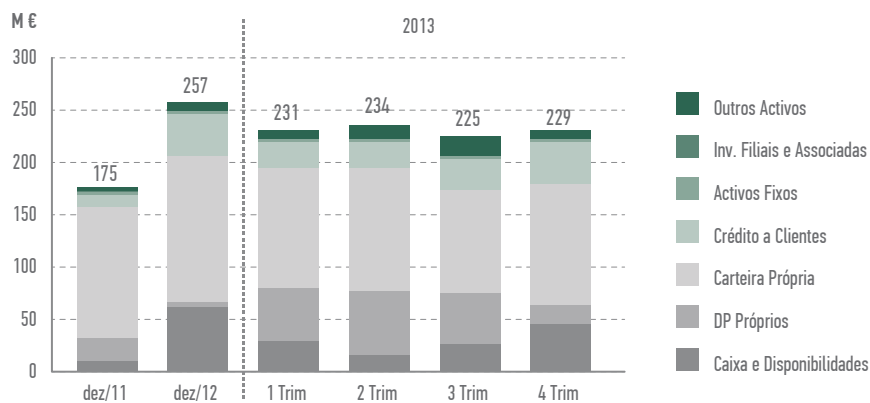
	2013	Var %	2012	Var %	2011
Produto Bancário	18 990 837	-20%	23 782 357	168%	8 874 824
Margem Financeira	4 821 917	-48%	9 341 312	261%	2 587 595
Comissões Líquidas	2 716 726	-11%	3 045 263	-21%	3 852 605
Resultados de Operações Financeiras (Liq.)	12 032 793	2%	11 786 661	291%	3 016 359
Resultado Líquido	7 049 164	-26%	9 463 904	929%	920 115

- A **Eficiência** medida pelos custos de transformação sobre o produto bancário foi de 37,33%, valor bastante satisfatório quando comparado com o rácio de 2012 do Sector em Portugal 58,59%¹;
- A **Solidez Financeira** manteve-se, tendo o Rácio de Solvabilidade atingido os 20,5%, acima do exigido pelas autoridades.

Nota: O Banco registou em 2013 no passivo na rubrica de provisões – para outros riscos e encargos, o montante de € 500 000 para fazer face a eventuais responsabilidades que pudessem surgir decorrentes da não existência, à data, de seguro que cobrisse a responsabilidade civil de Administradores e Directores. Na sequência da contratação em 2014 deste seguro, a provisão existente foi revertida.

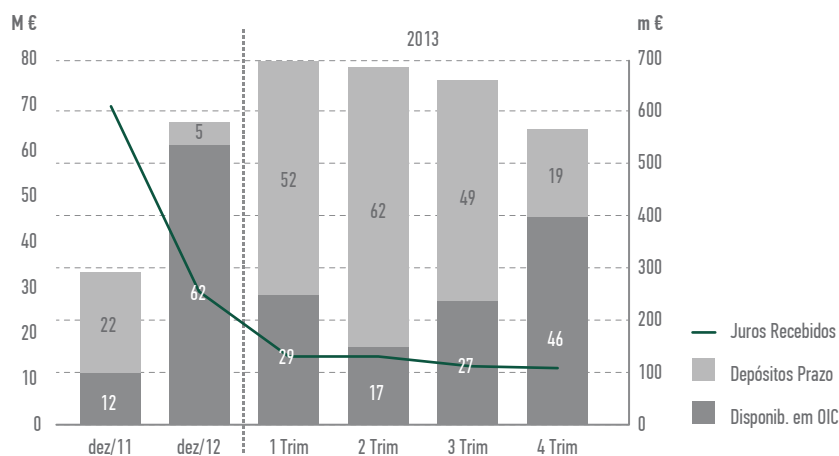
¹ Fonte: "CBD - Statistics on Consolidated Banking Data" do Banco Central Europeu em www.ecb.europa.eu/stats/money/consolidated/html/index.en.html

Composição do Activo



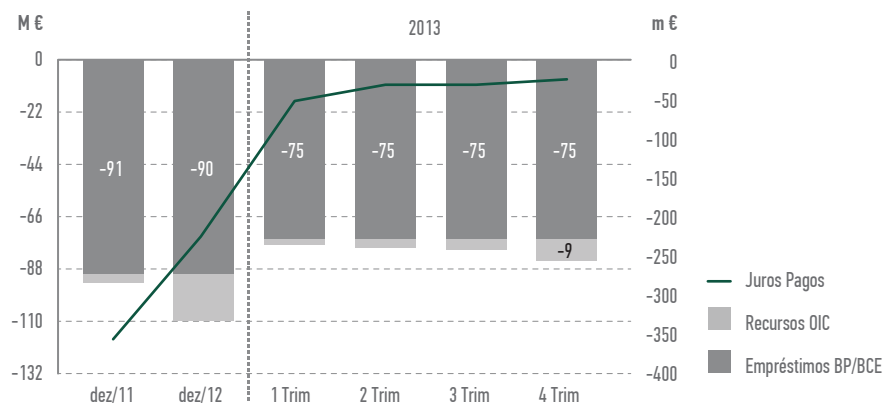
O activo líquido do Banco ascendeu a €228 858 967, aplicados em instrumentos de alta liquidez, títulos e depósitos junto do Banco Central e outras instituições de crédito e crédito selectivo, assegurando a estabilidade e prudência necessária para enfrentar o futuro, logo que sejam ultrapassados os períodos de contingência e instabilidade dos mercados.

Liquidez - Activo

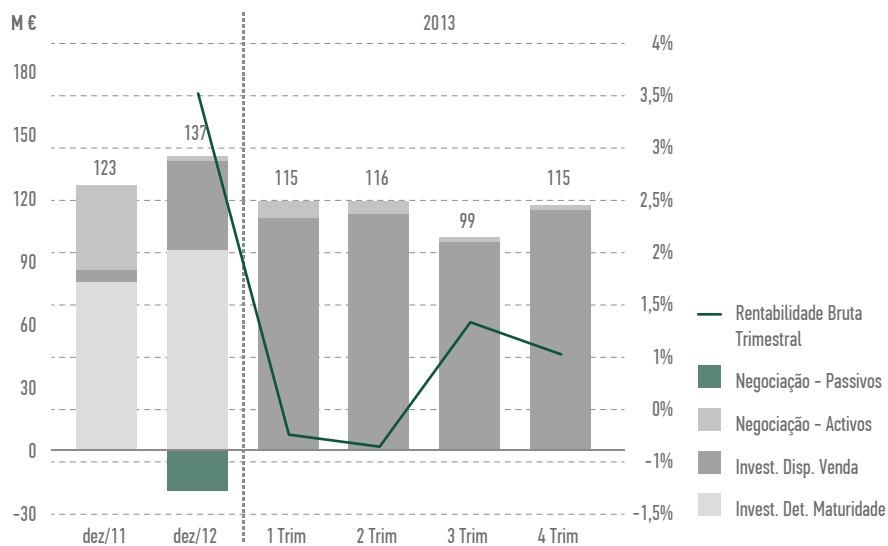


O financiamento do activo está a ser assegurado pelo recurso a fontes de financiamento estáveis (financiamento com prazo igual ou superior a 2 anos e capitais próprios que, no seu conjunto, representam 45,5% do activo).

Liquidez - Passivo



Evolução das Carteiras de Títulos



As carteiras de títulos do Banco (investimentos e negociação), representam, por si só, 49,9% do activo líquido que compara com os 46,1% de 2012. Em valores agregados e absolutos, para cada um dos anos, situou-se nos 115 e 138 milhões de euros, respectivamente (excluindo os passivos de negociação).

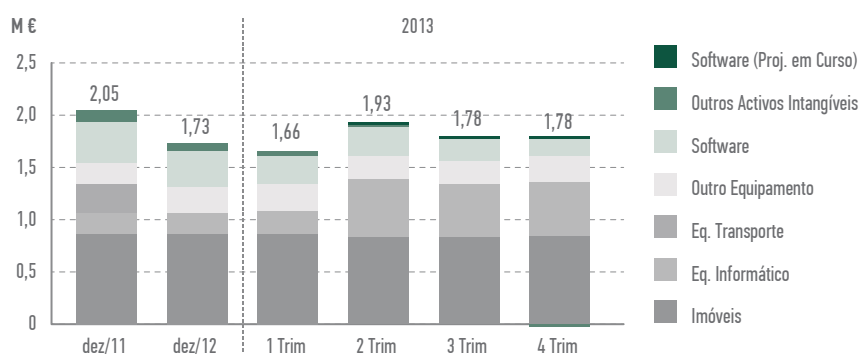
Evolução da Carteira de Crédito



A carteira de crédito, após um crescimento exponencial em 2012 (+359% relativamente a 2011), em contraciclo com a escassez do mercado, em parte devido à procura e à diversificação dos produtos de crédito, manteve-se estável em 2013 na ordem dos 39 milhões de euros. Esta carteira, de características próprias e finalidades específicas, comporta contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial. Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

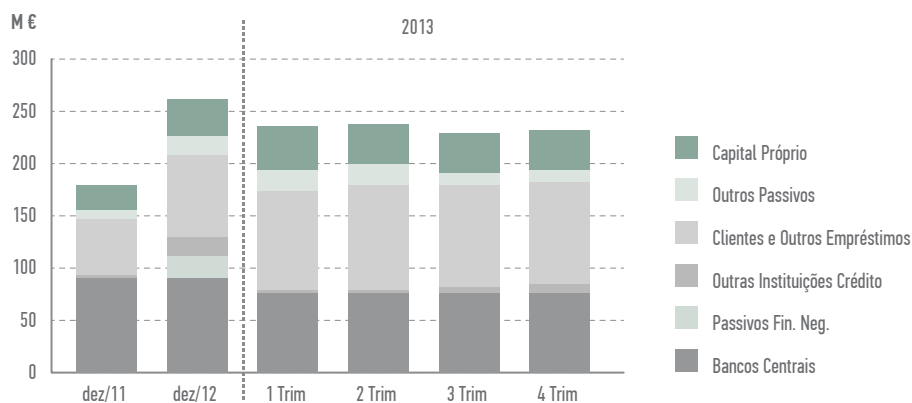
As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários, a natureza dos imóveis, o potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes com um perfil de risco reduzido. Em resultado desta política, o Banco não apresenta valores significativos na sua carteira de crédito vencido (capital e juros vencidos), representando, em 2013, €93 569 de provisionamento. As provisões para Riscos Gerais de Crédito, em resultado da evolução do crédito normal, sofreu um crescimento de 123% situando-se em € 316 541 no final de 2013.

Activos Fixos - Valor Líquido



Os activos fixos, em termos líquidos, apresentam uma variação anual de (+0,03%), na sua maior expressão justificada pela aplicação das amortizações integrais no equipamento de transporte existentes e nas novas aquisições em 2013.

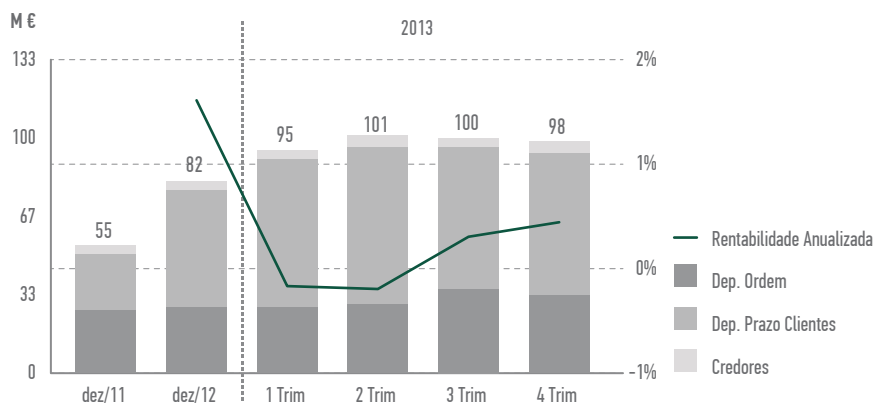
Composição do Passivo e Situação Líquida



O passivo apresenta um decréscimo global de (-33%) que compara o valor de €223 872 361 de 2012 com €190 201 838 de 2013, sendo de assinalar idêntico comportamento nos passivos financeiros detidos para negociação (-99,48%), nos recursos de bancos centrais (-16,13%) em outras instituições de crédito (-52,85%), recursos de clientes e outros empréstimos (+22,09%) e nos passivos por impostos correntes (-100%).

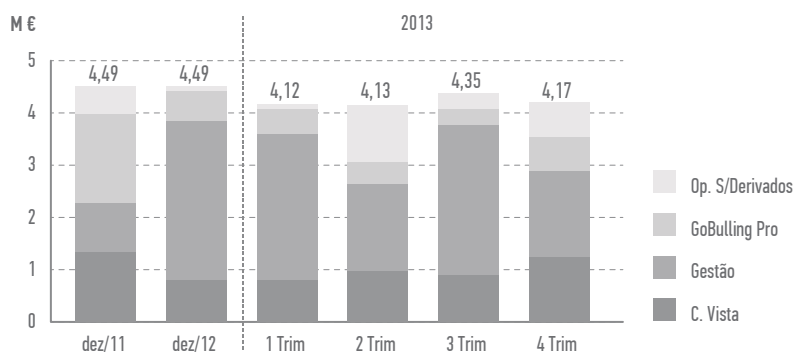
Na vertente da Situação Líquida, os capitais próprios evidenciaram uma evolução positiva de mais 5,9 milhões de euros, em função directa da política de incorporação dos resultados líquidos do exercício anterior, da reavaliação da sua carteira de investimentos e da significativa expressão do Resultado do próprio exercício que possibilitou o aumento do nível de rentabilidade do activo.

Evolução dos Recursos Captados de Clientes



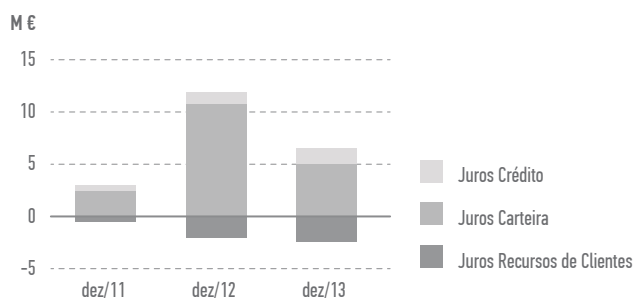
Os recursos captados junto dos clientes, apresentam um crescimento significativo (+19,5%) face ao ano anterior. Esta evolução reflecte não só o incremento de novos clientes, mas também a tendência de reforço da proporção do património financeiro dos clientes alocado em produtos de Depósitos a Prazo.

Credores por Tipo



A margem líquida apresentou, em 2013, uma queda de (-48%), totalizando uma variação negativa de -4,5M€. Como reflexo desta variação e na componente dos juros e rendimentos similares, são mais expressivos, nesta redução, os juros das carteiras próprias em resultado da redução de taxas das obrigações e o efeito da venda dos títulos detidos até à maturidade, sendo que, em sinal contrário, a remuneração dos recursos em resultado do seu crescimento, nomeadamente nos DP's, em muito contribuíram para este efeito.

Evolução da Margem Líquida





FABRICA DE LANIFICIOS EM ARROIOS



SOCIEDADE ANONYMA DE

RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL R\$ 200:000\$000

EMISSÃO R\$ 70:000\$000

Nº 734 Titulo de Uma Acção R\$ 50\$000

O Sr. portador
fica interessado n'esta Companhia pela quantia de
CINQUENTA MIL reis, valor d'este titulo, e n'esta proporção
tem direito a haver a parte que lhe pertencer dos fundos
e lucros em conformidade dos Estatutos.

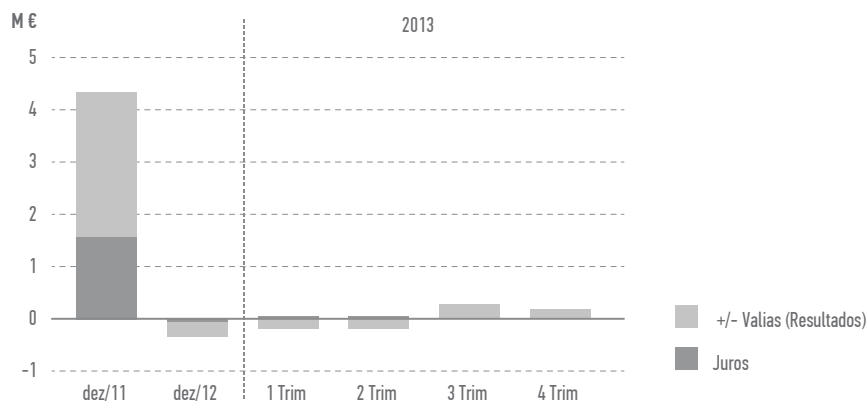
Lisboa 30 de Dezembro de 1899

Os Directores

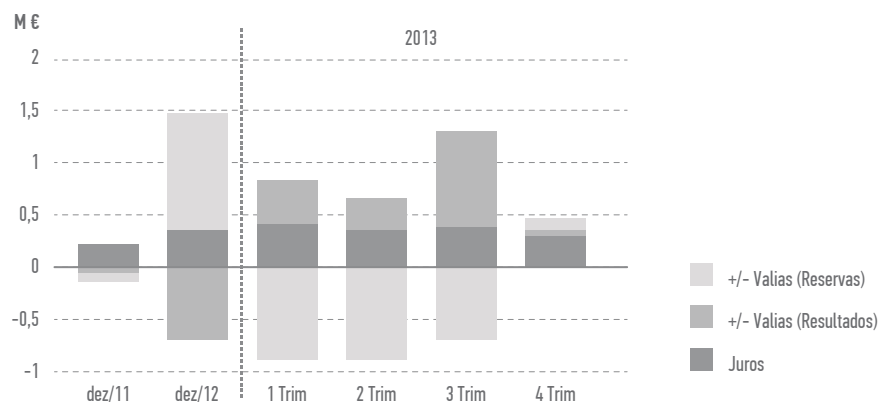
George Ferreira

Carlos Alberto d'Almeida

Ganhos e Perdas - Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

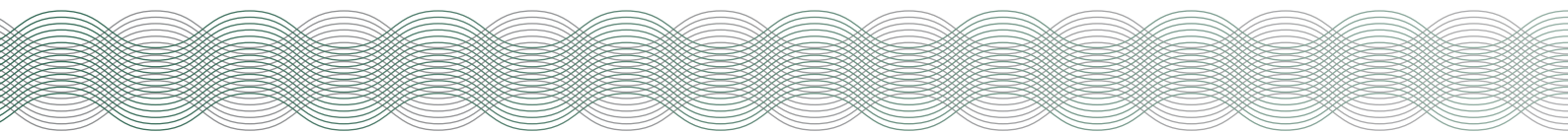


Ganhos e Perdas - Activos Financeiros Detidos para Venda

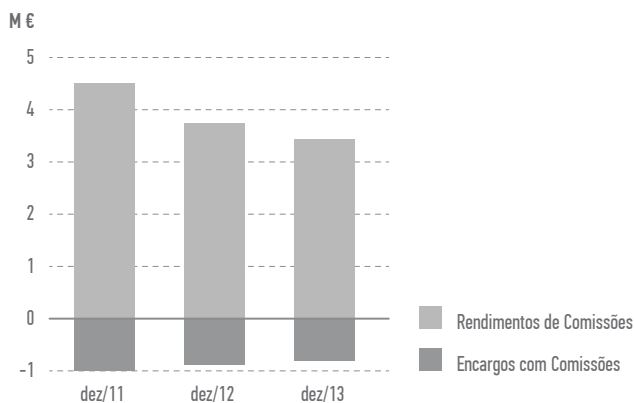


Ganhos e Perdas - Activos Financeiros Detidos até Maturidade



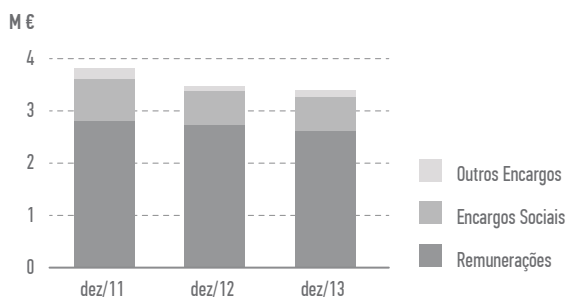


Evolução das Comissões Líquidas



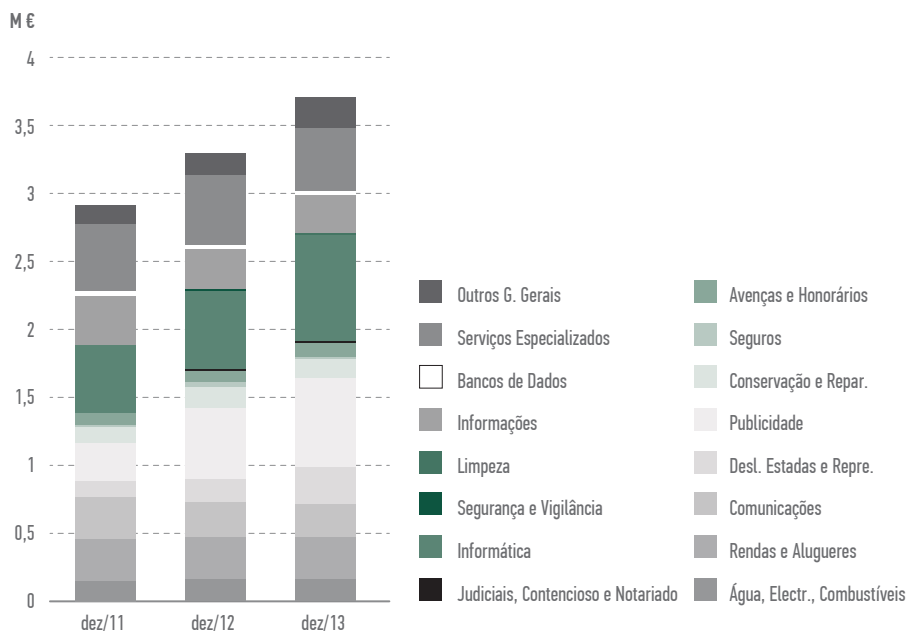
Mais modesta foi a evolução dos proveitos com comissões líquidas que apresentam uma evolução negativa de -10,78% para os € 3 045 263 em 2013, em que, mantendo-se quase inalteráveis as comissões pagas entre exercícios, as comissões recebidas, no seu conjunto, determinaram uma queda de -350 m€ em grande parte resultado da retracção dos clientes perante a instabilidade dos mercados.

Custos com o Pessoal



Os custos com pessoal estabilizaram em 2013, apresentando um ligeiro decréscimo de (- 2,27%) face a 2012, em resultado da redução de 2 colaboradores no quadro de pessoal, situando-se em 2013 em € 3 372 817 que compara com € 3 451 182 de 2012. A variação seria mais assinalável se não se considerasse o prémio de desempenho de carácter extraordinário pago em finais 2013 no montante de € 127 500.

Gastos Gerais Administrativos



Os gastos gerais administrativos mantiveram um nível de crescimento moderado (+12,5%), em parte justificado pela carga fiscal e custos de produção dos bens e serviços, pelo investimento em marketing e componente tecnológica, pilares fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento da actividade e melhor oferta de produtos e serviços.

CONTAS CONSOLIDADAS:

Em resultado da reduzida expressão das Demonstrações Financeiras de cada uma das filiais e associadas, consideradas no perímetro de consolidação, e o contributo exclusivo e decisivo do Banco, expresso na análise às contas individuais, refere-se que:

O activo líquido consolidado regrediu 11,1% em 2013 para 227,9 milhões de euros que compara com os 228,8 milhões de euros registados no Banco.

O Resultado Líquido Consolidado em 2013 foi de €7 286 052 (positivos) com os contributos de cada uma das empresas, após anulação dos movimentos recíprocos e do Banco, com um resultado líquido de €7 049 164, igualmente positivo.

Estas variações encontram expressão nos respectivos anexos.



VII. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

(i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2013, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso n.º1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;

(ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2013, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei n.º35/2005, de 17 de Fevereiro;

(iii) tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de Abril de 2014.

(iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2013.



RELATORIO
DE
SIR OTTO NIEMEYER

SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(VERSÃO BRASILEIRA)

1931

PUBLICADO PELA FIRMA
L. J. CARREGOSA & C.^A, L.^{DA}
NEGOCIANTES DE PAPEIS DE CREDITO
276, RUA DAS FLORES, 278
PORTO



PORTO
PAPELARIA E TIPOGRAFIA AZEVEDO
DE
MANDEL JOSÉ ALVES DE AZEVEDO & F.^{OS}, SUC.^{RES}
18 - LARGO DOS LÓIOS - 20

1931

VIII. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.





PREVIDÊNCIA AGRÁRIA

INSTITUIÇÃO DE SEGUROS



COM PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS PELOS SEGURADOS
SOCIEDADE ANÔNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA



SÉDE EM LISBOA

Capital Esc. 500.000\$00

INTEGRALMENTE REALIZADO E REPRESENTADO POR 200.000 ACÇÕES DO VALOR NOMINAL DE 2,50

AUCTORIZADA POR PORTARIA DE 21 DE MARÇO DE 1921

TÍTULO DE OITENTA ACCÕES

N.ºs ~~3003~~ ~~30110~~ Esc. 200\$00

*Pertence este título ao Sr. José de Castro
Figueiredo de Sá*

Lisboa, em 1 de Novembro de 1922



Os Directores

*João Amalário de Sá
[Signature]*



IX. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 66º DO C.S.C.

A sociedade e as suas filiais não têm quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu, nem vendeu acções próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados actos enquadrados nos art.ºs 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do n.º1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 41 e 32, respectivamente), os honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários facturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

A incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais encontra-se integralmente realizada.



Manuel J. Forbes Costa

Companhia Portuguesa do Ar Liquido

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Séde - Braço de Prata
LISBOA

Capital realizado 1.500.000\$00 Esc.

DIVIDIDO EM 15.000 ACÇÕES DE ESC. 100\$00 CADA UMA

Titulo de cinquenta acções

NOS 11251 a 11300

Esc. 5.000\$00

COMPANHIA PORTUGUEZA
DO AR LIQUIDO
EM LIQUIDAÇÃO
4.ª PRESTAÇÃO
10\$00

Manuel J. Forbes Costa
Pertence a o Sr. Sr. Manuel Forbes Costa (Dr.)

COMPANHIA PORTUGUEZA
DO AR LIQUIDO
EM LIQUIDAÇÃO
1.ª PRESTAÇÃO
10\$00

que fica interessado no capital e lucros desta companhia, em conformidade com os Estatutos outorgados por escritura publica perante o notario de Lisboa Dr. Facco Viana em 31 de Julho de 1923, publicada no Diario do Governo n.º 204-3.ª serie de 3 de Setembro de 1923 e modificados e rectificados por escrituras outorgadas no mesmo notario, em 31 de Julho de 1923 e 30 de Janeiro de 1924, publicadas respectivamente nos Diarios do Governo 3.ª serie nos 204 e 44 de 3 de Setembro de 1923 e 23 de Fevereiro de 1924.

Lisboa, 21 de Julho de 1926

OS DIRECTORES.



Manuel J. Forbes Costa
Dr. Manuel J. Forbes Costa

COMPANHIA PORTUGUEZA
DO AR LIQUIDO
EM LIQUIDAÇÃO
3.ª PRESTAÇÃO
10\$00

X. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 18º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 de 29/12, declara-se que a Política de Remunerações é elaborada em estrita conformidade com os princípios e regras do referido aviso 10/2011 e ainda de acordo com o ponto 24 do anexo ao D.L. 104/2007 de 03/04, com a redacção que lhe foi dada pelo D.L. 88/2011 de 20/07.

Esta política, que adiante se exporá mais detalhadamente, é adequada e proporcional à dimensão e organização da Instituição, evitando uma exposição excessiva aos riscos, pautando-se por valores de justiça e equidade, responsabilidade e transparência, valorizando o efectivo desempenho dos seus colaboradores.

Por seu turno, as remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela **Comissão de Remunerações**, eleita pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos dos Estatutos Societários.

Entrando na apreciação concreta da política de remuneração, entendeu esta Comissão que não deveria haver remunerações variáveis, dependentes ou não do desempenho individual ou colectivo. Determinou ainda a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos face aos demais colaboradores do Banco.

Para 2013, as remunerações fixas mensais para os membros dos Órgãos Sociais foram estabelecidas, considerando que:

- As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;
- Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações;

- Pelo exercício das respectivas funções, os membros não executivos dos órgãos de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A. recebem uma senha de presença, com excepção da Presidente que auferir uma remuneração fixa;

- O presidente do Conselho Fiscal e os restantes vogais recebem igualmente senhas de presença;

- Os membros da Comissão de Remunerações não auferem qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo;

- Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.

Por último, vai a Administração do Banco propor à próxima Assembleia Geral de Accionistas a alteração da composição da Comissão de Remunerações substituindo a actual Presidente, por um elemento independente dos órgãos de gestão.

Continuarão a fazer parte da referida Comissão de Remunerações os restantes dois elementos eleitos, ficando esta Comissão composta maioritariamente por membros independentes, não remunerados, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 7º do supra mencionado aviso 10/2011.

REMUNERAÇÃO DOS RESTANTES COLABORADORES DO BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

A generalidade dos restantes colaboradores auferem apenas remunerações fixas e procurou-se ter em conta o nível de responsabilidade, especificidade de funções desempenhadas e contributos de cada um. Os Colaboradores com funções comerciais na área do canal *online*/mercados, em linha com a prática neste segmento de negócio auferem, a par de remuneração fixa, um complemento variável, de base objectiva e proporcional aos proveitos gerados pelos respectivos Clientes. A dimensão da Instituição e o escrutínio permanente por parte da hierarquia permitem prevenir os conflitos de interesse que as remunerações variáveis potencialmente representam.

Sempre que necessário, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da Instituição.

O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e Colaboradores.

Os Colaboradores a que se refere o n.º 2 do Art.º 1º do Aviso N.º 10/2011 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável. O Director Central, ao abrigo da alínea b) e c) do n.º 2 do art.º 1º do mesmo aviso, auferem uma remuneração fixa equivalente aos membros da Comissão Executiva. Situação similar para o responsável do canal relacional. Em cumprimento da alínea e) do art.º 17, informa-se igualmente que no ano de 2013, foram efectuadas 6 novas contratações, ficando expresso, no quadro abaixo, os restantes requisitos relacionados com este mesmo artigo.

Em Dezembro de 2013, o Banco decidiu atribuir um prémio de desempenho aos seus colaboradores (excluindo os membros dos órgãos sociais) que totalizou o valor de € 127.500.

ÁREA DE ACTIVIDADE	REMUNERAÇÕES TOTAIS	
	FIXAS	VARIÁVEIS
Órgãos de Administração e Fiscalização		
Conselho de Administração (Presidente)	62 066,31 €	0,00 €
Comissão Executiva	276 027,43 €	0,00 €
Conselho Fiscal	17 000,00 €	0,00 €
Total	355 093,74 €	0,00 €
Direcção Central		
Direcção Central	84 104,67 €	0,00 €
Unidades de Negócio	877 867,983€	51 087,46 €
Unidades de Controlo Interno	86 972,40€	0,00 €
Unidades de Apoio ao Negócio	774 251,56€	0,00 €
Total	1 823 199,56€	51 087,46 €
TOTAL GERAL	2 178 290,30€	51 087,46 €



CIDADE DO PORTO

N.º 05917

Reis 90\$000

Emprestimo de Reis 3.720.060\$000

DIVIDIDO EM 41:334 OBRIGAÇÕES DE 90\$000 REIS

1889	1890	1891	1892
1893	1894	1895	1896
1897	1898	1899	1900
1901	1902	1903	1904
1905	1906	1907	1908
1909	1910	1911	1912
1913	1914	1915	1916
1917	1918	1919	1920
1921	1922	1923	1924
1925	1926	1927	1928
1929	1930	1931	1932
1933	1934	1935	1936
1937	1938	1939	1940
1941	1942	1943	1944
1945	1946	1947	1948
1949	1950	1951	1952
1953	1954	1955	1956
1957	1958	1959	1960
1961	1962	1963	1964
1965	1966	1967	1968
1969	1970	1971	1972
1973	1974	1975	1976
1977	1978	1979	1980
1981	1982	1983	1984
1985	1986	1987	1988
1989	1990	1991	1992
1993	1994	1995	1996
1997	1998	1999	2000

Esta obrigação faz parte do empréstimo de 3.720.060\$000 reis, contratado pela Camara Municipal do Porto, por deliberação de 15 d' Abril de 1889, e vence o juro annual de 4,5 por cento ou 1\$050 reis, pagavel aos semestres nos dias 2 de Janeiro e 1 de Julho de cada anno. A amortização do empréstimo far-se-ha ao par, por sorteios semestrais, dentro do periodo de noventa annos, enquanto não for totalmente amortizado, restando-se a competente verba nos respectivos orçamentos.

Todas as obrigações serão assignadas de chancelha pela Commissão Municipal.
Porto e Pagos do Concelho, 1 de Julho de 1889.

A Commissão Municipal

António d'Albuquerque Monteiro
António d'Aguiar Pereira

M. G. Alves Permentop.

E. Távora de Sá

João P. de Lima

Assentada a favor da emissão da obrigação.

1889	1890	1891	1892
1893	1894	1895	1896
1897	1898	1899	1900
1901	1902	1903	1904
1905	1906	1907	1908
1909	1910	1911	1912
1913	1914	1915	1916
1917	1918	1919	1920
1921	1922	1923	1924
1925	1926	1927	1928
1929	1930	1931	1932
1933	1934	1935	1936
1937	1938	1939	1940
1941	1942	1943	1944
1945	1946	1947	1948
1949	1950	1951	1952
1953	1954	1955	1956
1957	1958	1959	1960
1961	1962	1963	1964
1965	1966	1967	1968
1969	1970	1971	1972
1973	1974	1975	1976
1977	1978	1979	1980
1981	1982	1983	1984
1985	1986	1987	1988
1989	1990	1991	1992
1993	1994	1995	1996
1997	1998	1999	2000



CIDADE DO PORTO

N.º 40224

Emprestimo de Reis 3.720.060\$000

DIVIDIDO EM 41:334 OBRIGAÇÕES DE 90\$000 REIS

1889	1890	1891	1892
1893	1894	1895	1896
1897	1898	1899	1900
1901	1902	1903	1904
1905	1906	1907	1908
1909	1910	1911	1912
1913	1914	1915	1916
1917	1918	1919	1920
1921	1922	1923	1924
1925	1926	1927	1928
1929	1930	1931	1932
1933	1934	1935	1936
1937	1938	1939	1940
1941	1942	1943	1944
1945	1946	1947	1948
1949	1950	1951	1952
1953	1954	1955	1956
1957	1958	1959	1960
1961	1962	1963	1964
1965	1966	1967	1968
1969	1970	1971	1972
1973	1974	1975	1976
1977	1978	1979	1980
1981	1982	1983	1984
1985	1986	1987	1988
1989	1990	1991	1992
1993	1994	1995	1996
1997	1998	1999	2000

Esta obrigação faz parte do empréstimo de 3.720.060\$000 reis, contratado pela Camara Municipal do Porto, por deliberação de 15 d' Abril de 1889, e vence o juro annual de 4,5 por cento ou 1\$050 reis, pagavel aos semestres nos dias 2 de Janeiro e 1 de Julho de cada anno. A amortização do empréstimo far-se-ha ao par, por sorteios semestrais, dentro do periodo de noventa annos, enquanto não for totalmente amortizado, restando-se a competente verba nos respectivos orçamentos.

Todas as obrigações serão assignadas de chancelha pela Commissão Municipal.
Porto e Pagos do Concelho, 1 de Julho de 1889.

A Commissão Municipal

António d'Albuquerque Monteiro
António d'Aguiar Pereira

M. G. Alves Permentop.

E. Távora de Sá

João P. de Lima

Assentada a favor da emissão da obrigação.

XI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) n.º5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 23º dos estatutos da Sociedade que, o Resultado Líquido do Exercício (positivo) no valor de € 7 049 164,09, seja aplicado:

- Para Reforço da Reserva Legal: € 704 916,40
- Distribuição de Dividendos: € 1 750 000,00
- Para Reservas Livres: € 4 594 247,69





FABRICA DE LANIFICIOS EM ARROIOS



CAPITAL R\$ 200:000\$000

1ª EMISSÃO R\$ 70:000\$000

Nº 735 Titulo de Uma Acção R\$ 50\$000

*O Sr portador _____
fica interessado n'esta Companhia pela quantia de
CINCOENTA MIL reis, valor d'este titulo, e n'esta proporção
tem direito a haver a parte que lhe pertencer dos fundos
e lucros em conformidade dos Estatutos.*

Lisboa 30 de Dezembro de 1909

Os Directores

*Yngues Ferreira
Carlos Alberto de Almeida*

XII. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Accionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

Ao Banco de Portugal e à CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo permanente e frutuoso mantido neste exercício;

Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Aos colaboradores do Banco, pelo seu contributo empenhado e competente, indispensável ao bom funcionamento da Instituição.





L. J. CARREGO

XIII. CONTAS CONSOLIDADAS
ANÁLISE E ANEXOS

OSA & C.^A, L.^{DA}

BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF

Euros

	NOTAS	31-12-2013		VALOR LÍQUIDO	ANO ANTERIOR
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPAR. E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES		
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	33 923 164	0	33 923 164	50 677 413
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	12 225 776	0	12 225 776	11 340 107
Activos financeiros detidos para negociação	3	2 759 424	0	2 759 424	2 357 045
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	104 698 213	0	104 698 213	40 953 207
Aplicações em instituições de crédito	5	19 225 376	0	19 225 376	4 949 277
Crédito a clientes	6	39 140 741	(410 110)	38 730 631	39 496 102
Investimentos detidos até à maturidade	7	0	0	0	94 942 480
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
Propriedades de investimento	8	6 346 779	0	6 346 779	0
Outros activos tangíveis	9	6 561 469	(4 890 385)	1 671 085	1 407 330
Activos intangíveis	10	3 596 667	(3 388 212)	208 456	461 258
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	11	0	0	0	178 720
Activos por impostos correntes	12	290 869	0	290 869	0
Activos por impostos diferidos	13	300 681	0	300 681	292 291
Outros activos	14	7 560 512	0	7 560 512	9 331 695
TOTAL DE ACTIVO		236 629 672	(8 688 706)	227 940 965	256 386 927

Euros

	NOTAS	31-12-2013		ANO ANTERIOR	
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPAR. E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES		VALOR LÍQUIDO
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais	15			75 996 875	90 621 181
Passivos financeiros detidos para negociação	16			96 044	18 546 049
Outros passivos ao justo valor através de resultados				0	0
Recursos de outras instituições de crédito	17			9 114 735	19 333 254
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			91 094 543	77 834 390
Responsabilidades representadas por títulos				0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	0
Derivados de cobertura				0	0
Passivos não correntes detidos para venda				0	0
Provisões	19			555 766	0
Passivos por impostos correntes	20			0	5 244 936
Passivos por impostos diferidos				0	0
Instrumentos representativos de capital				0	0
Outros passivos subordinados				0	0
Outros passivos	21			9 289 572	12 174 386
TOTAL DE PASSIVO				186 147 535	223 754 196
CAPITAL					
Capital				20 000 000	20 000 000
Prémios de emissão				369 257	369 257
Outros instrumentos de capital				0	0
Reservas de reavaliação				1 727 420	748 131
Outras reservas e resultados transitados				9 060 917	1 969 217
Acções próprias				0	0
Resultado Consolidado do exercício				7 286 052	9 443 908
Dividendos antecipados				0	0
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AO GRUPO	22			38 443 646	32 530 513
Interesses minoritários	23			3 349 784	102 218
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO				41 793 430	32 632 731
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL				227 940 965	256 386 927

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS NIC/NIRF

Euros

	NOTAS	31-12-2013	ANO ANTERIOR
Juros e rendimentos similares	24	7 864 477	12 545 598
Juros e encargos similares	25	(2 918 898)	(3 199 799)
MARGEM FINANCEIRA		4 945 579	9 345 799
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	26	3 463 858	3 850 574
Encargos com serviços e comissões	27	(824 536)	(806 017)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28	7 783 833	4 943 219
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	3 616 023	4 577 746
Resultados de reavaliação cambial	30	(384 806)	(129 595)
Resultados de alienação de outros activos	31	1 488 612	2 457 246
Outros resultados de exploração	32	(470 305)	(405 641)
PRODUTO DA ACTIVIDADE		19 618 259	23 833 332
Custos com pessoal	33	(3 662 230)	(3 675 186)
Gastos gerais administrativos	34	(3 552 603)	(3 012 189)
Depreciações e amortizações	35	(910 121)	(1 658 984)
Provisões líquidas de anulações	36	(555 766)	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	37	(107 353)	(158 319)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	38	0	(40 850)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	39	340 056	(385 102)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	40	5 579	22 238
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		11 175 822	14 880 464
Impostos			
Correntes	41	(3 795 155)	(5 533 695)
Diferidos	42	8 390	115 147
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		7 389 056	9 461 916
Interesses Minoritários	43	(103 004)	18 807
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS		7 286 052	9 443 908

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
para o período findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Euros	
	31/12/2013	31/12/2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	12 471 561	16 925 085
Pagamento de juros e comissões	(3 543 359)	(2 702 211)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(7 358 438)	(6 709 158)
Recursos de instituições de crédito	(23 219 547)	15 778 114
Outros activos e passivos operacionais	(9 104 852)	63 005 437
Outros recebimentos de clientes	13 827 586	(4 120 533)
Impostos sobre lucros	(9 353 757)	(684 376)
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	(26 280 805)	81 492 358
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	0	0
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	(69 618 667)	(34 078 296)
Investimentos detidos até à maturidade	95 049 456	(13 238 099)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(935 243)	(1 388 896)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	51 685	71 500
Aumento/Diminuição em outras contas do activo	(5 904 718)	
Investimentos em empresas filiais e associadas	538 470	534 811
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	19 180 982	(48 098 980)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	10 000 000	-
Outros instrumentos de capital	-	-
Dividendos pagos	(2 500 000)	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	(1 837)	1 837
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7 498 163	1 837
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	398 340	33 395 216
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	64 161 641	30 766 425
Caixa e equivalentes no fim do exercício	64 559 980	64 161 641

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS
Em 31 de Dezembro de 2013 (Actividade Consolidada)

Anexo IV

CONTAS	EM 31/12/2012					
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AUMENTOS AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	TRANSF.
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS						
<i>Goodwill</i>	43 913	0	0	0	0	0
Despesas de Estabelecimento	498 364	498 364	0	0	0	0
Custos Plurianuais	595 458	595 458	0	0	0	0
Sistemas de Tratamento de Dados (<i>Software</i>)	2 110 141	1 749 246	140 844	341 088	0	0
Activos Intangíveis em Curso	0	0	4 273	0	0	0
Outros Activos Intangíveis	203 675	147 225	0	56 832	0	0
	3 451 551	2 990 293	361 162	397 920	0	0
ACTIVOS TANGÍVEIS						
Imóveis	525 290	19 935	0	8 659	0	0
Equipamento	4 757 709	4 210 482	636 923	497 478	0	0
Activos em Locação Financeira	641 547	286 799	0	5 529	0	0
Activos Tangíveis em Curso	0	0	0	0	0	0
	7 700 661	3 607 725	1 036 925	1 215 046	0	0
TOTAIS	11 152 212	6 598 018	1 398 087	1 612 966	0	0

O Técnico Oficial de Contas

Euros

REGULARIZAÇÕES			VALOR DE AQUISIÇÃO AJUSTADO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO AJUSTADAS	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS AJUSTADAS	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2013
VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
0	0	0	43 913	0	0	43 913
0	0	0	498 364	0	498 364	0
0	0	0	595 458	0	595 458	0
0	0	0	2 250 985	341 088	2 090 334	160 269
0	0	0	4 273	0	0	4 273
0	0	0	203 675	56 832	204 057	0
0	0	0	3 596 668	443 938	3 388 213	208 455
0	0	0	525 290	8 659	28 594	505 355
0	0	0	5 394 632	497 478	4 569 464	547 227
0	0	0	641 547	5 529	292 328	354 748
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	6 561 469	511 666	4 890 386	1 671 083
0	0	0	10 158 137	955 604	8 278 599	1 879 538

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
 Em 31 de Dezembro de 2013 (Actividade Consolidada)

Euros

CONTAS	SALDO EM 31-12-2012	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	DIMINUIÇÕES	31-12-2013
Capital Realizado	20 000 000				20 000 000
Prémio de Emissão	369 257				369 257
Reserva de Reavaliação	1 123 867	319 963		385 842	1 189 746
Reserva Legal	506 236		946 390		1 452 626
Reserva de Variações Cambiais	-375 735	918 409			537 674
Outras Reservas	288 988	6 165 305			6 454 293
Resultados Transitados	1 173 994			19 997	1 153 997
Resultado Consolidado do Exercício	9 443 908	7 286 052	-9 443 908		7 286 052
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AO GRUPO	32 530 513	14 689 729	-8 497 518	405 839	38 443 646
Interesses Minoritários	102 218	3 247 566			3 349 784
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	32 632 731	17 937 295	-8 497 518	405 839	41 793 430

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros excepto quando expressamente indicado)

1- INFORMAÇÕES GERAIS

O exercício de 2013 foi para o Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designado por "Banco Carregosa", "Sociedade" ou "Grupo Carregosa", quando tratado em termos consolidados) o quinto exercício completo de actividade como Instituição de Crédito.

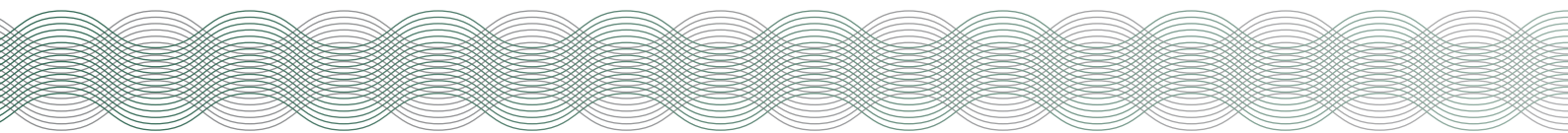
Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, o Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e de todas as outras expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo iniciado a sua actividade em 4 de Novembro desse ano.

Para além do crescimento orgânico, em resultado de aumento consolidado do negócio bancário, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto Instituição de Crédito, será também importante referir que, nos primeiros anos, o Banco Carregosa procurou a diversificação das suas áreas de intervenção, adquirindo inicialmente uma participação de 19,99% na sociedade "Optimize Investment Partners – SGFIM", em Outubro de 2009 e, em Abril de 2010, adquiriu ainda, directa e indirectamente, 84,84% de participação no capital da sociedade de corretagem "Lisbon Brokers, SA" e 76,50% da sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, em parceria com o Accionista "Imocarregosa, SA". Esta última sociedade detinha em 31 de Dezembro, 10% de acções próprias.

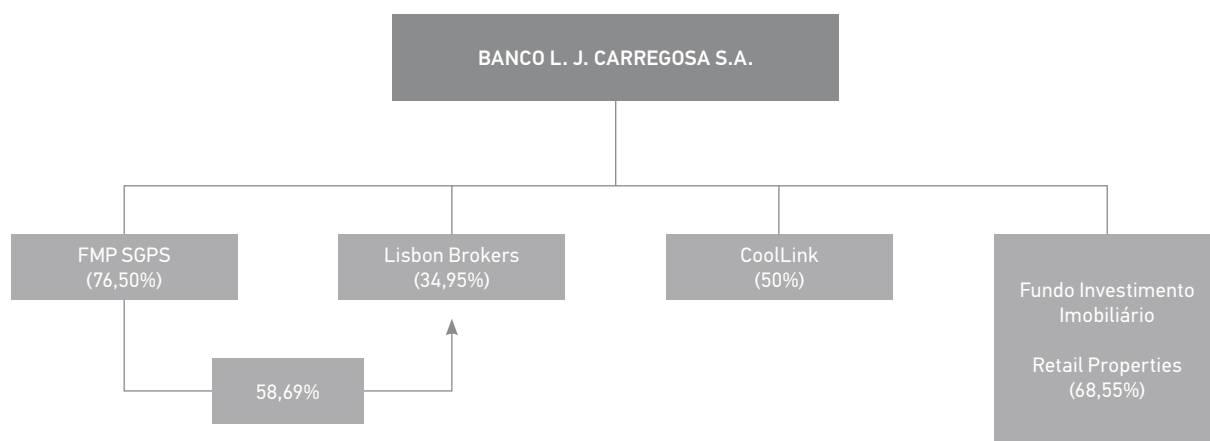
Sociedades e Fundos que compõem o perímetro de consolidação do Grupo em 31.12.2013

ACTIVIDADE	SEDE	CAPITAIS PRÓPRIOS	ACTIVO	LUCRO PREJUÍZO	PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	MÉTODO CONSOLIDAÇÃO
BANCA						
Banco L. J. Carregosa, SA	Portugal	38 657 129	228 858 954	7 049 164	-	Integral
CORRETAGEM						
Lisbon Brokers, SA	Portugal	(1 221)	37 640	(24 593)	84,84%	Integral
SOCIEDADES GESTORAS PART. SOCIAIS						
Francisco Marques Pereira, SGPS, SA	Portugal	69 683	95 488	832	85,00%	Integral
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO						
Retail Properties	Portugal	10 000 000	10 550 484	367 359	68,55%	Integral
SOCIEDADE SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda	Portugal	158 502	236 868	(25 278)	50,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação



Perímetro de Consolidação



Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de actividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

O Grupo apresentou um lucro líquido de €7 286 052 (positivos), com os capitais próprios a situarem-se nos €41 793 430.

Por deliberação do Conselho de Administração de Maio de 2011, e em resultado do insucesso do projecto de reestruturação da Lisbon Brokers, SA e da Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, foi decidido proceder à sua dissolução simultânea, após autorização do Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco L. J. Carregosa, S.A. releu nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

Em 2013, o Banco alienou a sua participação na "Optimize Investment Partners, S.A.", revertendo a imparidade constituída em 2012, no montante de 340 000,00 €.

Neste mesmo exercício, o Banco alargou a sua actividade para o Fundo de Investimento Imobiliário "Retail Properties", colocando integralmente e subscrevendo, em simultâneo, 7 352 888 unidades de participação neste fundo, que deverá reduzir substancialmente no momento da concretização do aumento de capital previsto para 2014.

2 · BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 · Bases de Apresentação e Comparabilidade

As demonstrações financeiras Consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa, e das suas filiais, e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro.

Consolidação de Empresas Associadas e Filiais (IAS 27,28 e IFRS 3)

O Banco Carregosa detém, directa e indirectamente participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas, em virtude do Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transacções e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado consolidado é apurado através dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efectiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transacções efectuadas entre estas e como tal consideradas no respectivo perímetro de consolidação.

2.2 · Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

2.2.1 · Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (*fixing*) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos activos e passivos expressos em moeda diferente é efectuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

2.2.2 · Aplicações em Instituições de Crédito no País e no Estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, que corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

2.2.3 · Activos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

2.2.4 · Activos Financeiros Detidos para Venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

2.2.5 · Activos Financeiros Detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, e essa diminuição puder ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.6 · Créditos a Clientes e Valores a Receber de Outros Devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades,

incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7 · Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8 · Imparidades

Periodicamente, e com frequência inferior ou igual a um ano, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda *loss event* após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

2.2.9 · Activos não Correntes Detidos para Venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.10 · Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i) Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.11 • Outros Activos Tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta do activo adequada.

ANOS:	
Equipamento:	
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

2.2.12 • Activos Intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar,

bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.13 • Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de crédito, Recursos de clientes, Outros empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes e recursos de bancos centrais, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

São também valorizados ao justo valor, os passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente os resultantes de vendas a descoberto, sendo os respectivos ajustamentos efectuados por contrapartida de lucros ou prejuízos.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.14 • Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes associados e que possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.15 · Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2.2.16 · Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento efectivo.

2.2.17 · Comissões por Serviços Prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus Clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.18 · Benefícios aos Empregados

O Banco Carregosa, utilizando o Acordo Colectivo Vertical de Trabalho para o Sector Bancário (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um Plano de Pensões de Benefício Definido. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores actualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgera. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subcrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo

de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os beneficiários referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

A IAS 19 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2013, reflecte os impactos, quer ao nível da eliminação da opção do “corredor”, quer ao nível da eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada do fundo, que passa a ter de coincidir com a taxa de desconto para cálculo das responsabilidades a cobrir pelo Fundo de Pensões.

A eliminação da opção do corredor introduz maior volatilidade no resultado anual das Contas do Banco entendido como resultado integral (reservas e resultado líquido). Por outro lado, a composição da carteira do Fundo e a sua consequente rentabilidade anual efectiva deixará de afectar a rubrica do resultado líquido e passar a afectar apenas as reservas por via dos ganhos e perdas actuariais, bem como, influenciam o valor do Fundo no final de cada ano.

No caso do Banco Carregosa, uma vez que a rentabilidade esperada utilizada nos anos anteriores era superior à taxa de desconto, o impacto desta alteração da IAS 19 (eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada) é tanto maior quando maior o desfazamento que existia entre as duas taxas.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.3 · Gestão do Risco

2.3.1 · Função de Gestão de Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afectem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um factor de ajustamento às rentabilidades das operações efectivas e potenciais, com o objectivo de:

- a) Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- b) Homogeneizar e comparar;
- c) Seleccionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- d) Seleccionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- e) Analisar as sinergias das operações;
- f) Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo.

2.3.2 · Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento, é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco na fidúcia, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, incutir a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco.

Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Nestas funções, é auxiliada pela Comissão de Activos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne pelo menos mensalmente, tendo como membros a Comissão Executiva, o Director da Banca Privada, o Director Financeiro e o Responsável pela Gestão de Carteiras e do Risco. Destas reuniões são emanadas recomendações relativamente à captação de recursos e sua aplicação, por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente da Comissão Executiva voto de qualidade em caso de empate.

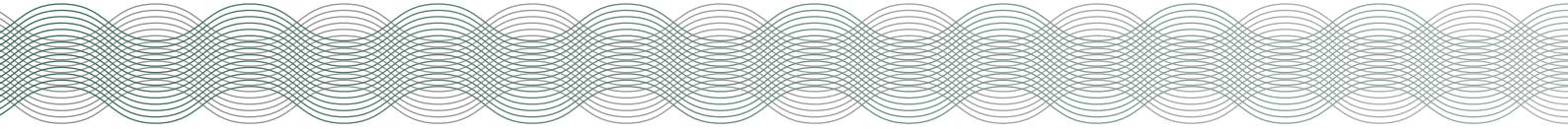
O Director Financeiro gere a carteira própria, de acordo com as recomendações do ALCO e decisões da Comissão Executiva. No exercício dessa sua atribuição, gere as posições de cobertura cambial dentro dos limites de exposição pretendidos pelo Banco.

O Departamento de Risco identifica, monitoriza e controla, numa perspectiva qualitativa e quantitativa os riscos, transmitindo à Comissão Executiva os resultados, por meio de reportes, quer regulares quer esporádicos, detectando eventuais deficiências e propondo medidas correctivas.

O Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão procede à contabilização das operações e à elaboração de reportes financeiros de uso estratégico e de gestão para a Comissão Executiva.

A Auditoria Interna, através de uma actuação atempada, é responsável por prevenir a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos, quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante para a Instituição e acompanha, em permanência, os projectos programados, a sua implementação e eficiência.

O Departamento de Compliance assegura a constante sindicância do cumprimento das normas prudenciais, através, entre outros, do acompanhamento e da avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer



risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respectivo cumprimento.

A Comissão Executiva garante agilidade na tomada de decisões e, com o apoio da Direcção Central, dissemina as estratégias e decisões em termos de adequação de capital e gestão de riscos.

A segregação e independência de funções de todas as áreas no Banco Carregosa é assegurada pelo reporte directo à Comissão Executiva.

Neste sentido, a estrutura organizacional afigura-se adequada para garantir a segregação de funções e responsabilidades no processo de gestão, o que facilita o cumprimento do quadro normativo de controlo de risco, minimizando a ocorrência de conflitos de interesse entre as áreas de negócio, de risco e controlo.

Para a prossecução dos seus objectivos, o Banco encontra-se dotado de uma ferramenta informática central onde se encontra reunida toda a informação, com as devidas políticas de segurança. A gestão da rede informática do Banco encontra-se também dotada de políticas de segurança eficazes. O tratamento contabilístico é executado através do programa Smartstream e a gestão das contas de fornecedores através do programa Primavera, com os devidos níveis de segurança. Em paralelo com os sistemas apresentados utilizam-se ferramentas de análise de risco da Bloomberg e da Reuters, para o controlo do risco de mercado.

O Banco Carregosa desenvolve os seus melhores esforços para garantir que o processo de gestão de risco seja um processo de melhoria contínua e de permanente reavaliação da adequação dos recursos às necessidades.

a) Risco de Crédito

Por risco de crédito entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de clientes ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos Clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos activos depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. O Departamento de Risco dispõe de um sistema de informação que permite tempestivamente, controlar a conformidade das garantias prestadas pelos clientes com o nível de crédito concedido.

Acresce a possibilidade contratual do Banco encerrar posições ou vender valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a

quebra dos rácios acordados. A segurança implícita aos mesmos faz com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não tenham repercussões significativas nos capitais próprios.

b) Risco de Mercado

Por risco de mercado entende-se a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos activos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos activos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou activos subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Activos e Passivos) define a alocação dos activos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efectuadas.

O peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de contraparte. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

c) Risco Operacional

O risco operacional entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Este trabalho foi coordenado, por forma a manter relações com os procedimentos e permitir a sua análise estatística. Os controlos apontados na matriz foram testados por uma consultora externa. As incoerências detectadas foram apresentadas à Comissão Executiva, que está a coordenar os melhoramentos aos procedimentos. Pretende-se, assim:

- Criar a base de ocorrências para monitorizar a matriz de riscos;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as acções da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Refere-se ainda que o plano de continuidade de negócio está a ser revisto por forma a alinhá-lo com as melhores práticas indicadas pelo Banco de Portugal.

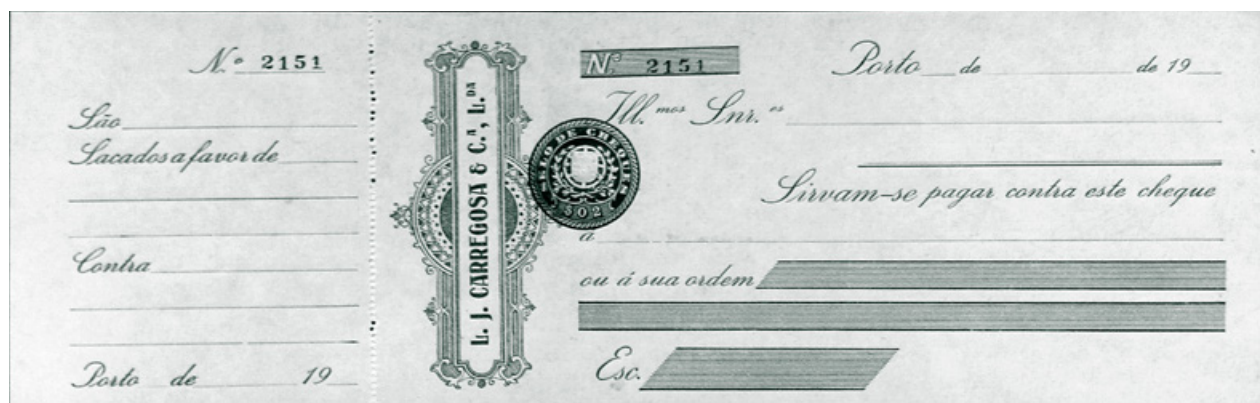
O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

d) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez resulta do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem, diariamente, um relatório do Departamento de Risco com a análise da alocação de activos, passivos e extrapatrimoniais, com estimações de requisitos mínimos de fundos próprios, informação sobre concentração de contrapartes, *mismatches* e com a simulação do impacto da redução drástica da exposição, por necessidades de liquidez. Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações activas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.



3 · NOTA PRÉVIA

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidadas são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, em conformidade com as Normas Internacionais de relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

3.1 · Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	27	177
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	33 923 137	50 677 236
	33 923 164	50 677 413

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

3.2 · Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
Residentes	4 198 289	4 038 763
Não residentes	8 027 488	7 301 344
	12 225 776	11 340 107

3.3 · Activos Detidos para Negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de negociação		
Títulos	2 292 913	2 142 487
Instrumentos derivados com justo valor positivo	466 511	214 558
	2 759 424	2 357 045

Esta carteira sofreu um ligeiro acréscimo face ao período homólogo, quer por via de aquisições por evolução favorável dos mercados, quer por transferências de parte dos títulos da carteira de activos detidos até à maturidade.

ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	150 950	153 881	2 931	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	401 374	400 306		1 068	-
	552 324	554 187	2 931	1 068	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Acções	337 213	339 910	3 597	900	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Acções	522 943	566 062	45 819	2 700	-
Unidades de Participação	6 074	2 850	-	3 224	-
	866 230	908 822	49 416	6 824	-
OUTROS					
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	796 760	798 290	5 220	3 690	-
Outros	78 720	31 610	-	47 110	-
	875 480	829 900	5 220	50 800	-
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO					
Outros					
Mais-valias não realizadas em Opções	-	199 473	-	-	-
Mais-valias não realizadas em CFD sobre moeda	-	267 038	-	-	-
	-	466 511	-	-	-
TOTAL	2 294 034	2 759 420	57 567	58 692	-

3.4 · Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida pública Portuguesa	31 075 798	5 014 329
Instrumentos de dívida não Residentes	21 700 055	9 100 170
Instrumentos de capital	4 361 936	2 617 200
	57 137 789	16 731 699
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	47 366 424	24 221 508
Outros	194 000	0
	47 560 424	24 221 508
	104 698 213	40 953 207

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 2013, efectuou-se um reforço desta carteira, quer pela aplicação do crescimento dos recursos captados de clientes, quer pela aquisição de títulos de dívida de emitentes não residentes que não são aceites como colateral para os recursos captados junto do Banco Central.

ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro	6 161 215	6 201 173	53 816	13 858	-
Bilhetes do Tesouro	24 771 723	24 874 625	102 902	-	-
De Outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	21 128 777	21 700 055	574 715	3 437	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros					
Obrigações de Agências Soberanas	5 008 790	5 077 825	69 035	-	-
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	38 623 603	40 351 690	1 854 611	126 524	-
Dívida Subordinada	1 817 849	1 936 909	119 060	-	-
	97 511 957	100 142 277	2 774 139	143 819	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Acções	4 786 046	4 361 936	21 000	404 260	40 850
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	194 000	194 000	-	-	-
	4 980 046	4 555 936	21 000	404 260	40 850
TOTAL	102 492 003	104 698 213	2 795 139	548 079	40 850

3.5 - Aplicações em Instituições de Crédito

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações		
No país		
No Banco de Portugal	0	0
Em outras instituições de crédito	19 202 844	4 922 998
Rendimentos a receber - juros de aplicações	22 532	26 279
	19 225 376	4 949 277

O incremento substancial desta rubrica em 2013, encontra justificação no redireccionamento da liquidez para o investimento em Outras Instituições de crédito, em resultado do desinvestimento verificado na carteira de títulos detidos até à maturidade.

3.6 - Créditos a Clientes

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Crédito interno		
Empréstimos	12 859 606	10 347 303
Créditos em conta corrente	16 047 306	10 786 833
Descobertos em depósitos à ordem	257 433	93 301
Operações de compra com acordo de revenda	8 715 735	16 288 014
Crédito ao exterior		
Empréstimos	1 020 000	1 360 000
Créditos em conta corrente	0	705 771
Crédito e juros vencidos	125 034	160 472
Rendimentos a receber	115 627	69 518
	39 140 741	39 811 212
Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos	(410 110)	(315 110)
	38 730 631	39 496 102

A carteira de crédito manteve-se estável, face ao período homólogo, embora se verifique um reforço significativo nos créditos concedidos em regime de conta corrente, compensando com uma diminuição equivalente em operações de compra com acordo de revenda efectuada com outra instituição de crédito nacional. Verifica-se, igualmente, que os níveis relativos de provisionamento se mantêm com expressão reduzida face ao volume de crédito em resultado de uma política de garantias sólidas e rigor na avaliação dos pedidos, com efeitos positivos, simultaneamente, na margem financeira.

3.7 · Investimentos Detidos até à Maturidade

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	0	93 615 016
Rendimentos a receber		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	0	1 327 464
	0	94 942 480

Por orientação estratégica, e em linha com a recomendação do Comité de Investimentos ALCO, o Banco alienou e transferiu, em 2013, toda a restante carteira de activos detidos até à maturidade, em razão da instabilidade e das incertezas futuras, consubstanciadas no efeito risco/retorno dos instrumentos de dívida.

3.8 · Propriedades de Investimento

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Outras propriedades		
Fundo Investimento Imobiliário - Retail Properties	6 346 779	0
	6 346 779	0

3.9 · Outros Activos Tangíveis

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Outros activos tangíveis		
Imóveis	525 290	525 290
Equipamento*	5 394 632	4 757 709
Activos em locação financeira	641 547	641 547
Activos tangíveis em curso	0	0
	6 561 469	5 924 546
Amortizações acumuladas		
Imóveis	(28 594)	(19 935)
Equipamento*	(4 569 464)	(4 210 482)
Activos em locação financeira	(292 327)	(286 799)
Activos tangíveis em curso	0	0
	(4 890 385)	(4 517 216)
	1 671 085	1 407 330

(*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente, e por medida prudencial

face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade, esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes.

3.10 · Activos Intangíveis

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferença de consolidação pos. (<i>Goodwill</i>)	43 913	43 913
Outros activos intangíveis		
Sistema Trat. Aut.Dados (Software)	2 250 985	2 110 141
Activos tangíveis em curso	4 273	0
Outros	1 297 496	1 297 496
	3 596 667	3 451 551
Amortizações acumuladas		
Despesas de estabelecimento	(498 364)	(498 364)
Sistema Trat. Aut.Dados (Software)	(2 090 334)	(1 749 246)
Activos tangíveis em curso	0	0
Custos plurianuais	(595 840)	(595 840)
Outros	(203 675)	(146 843)
	(3 388 212)	(2 990 293)
	208 455	461 258

Apesar de uma redução em termos líquidos, convém salientar o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efectuados na reformulação da respectiva presença na internet e na participação no sistema interbancário de transferências a crédito (SEPA).

3.11 · Investimento em Assoc. e Filiais Excluídas do Perímetro Consolidação

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Inv. filiais excl. da cons. ass. empr. conj.		
No país	0	518 720
Impar. acum. NIC / Provisões para imparidades acum. NCA		
No país - associadas	0	(340 000)
	0	178 720

Está incluída nesta rubrica, em 2012, a participação adquirida na associada Optimize Investment Partners, SA. Foi considerada uma imparidade de 340.000 em função da análise dos prejuízos individuais acumulados pela sociedade, tendo sido, em 2013, por venda, anulada esta participação e a respectiva imparidade.

3.12 · Activos por Impostos Correntes

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	290 869	0
	290 869	0

3.13 · Activos por Impostos Diferidos

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Activos tangíveis	300 681	126 552
Activos intangíveis	0	6 739
Prejuízos fiscais	0	159 000
	300 681	292 291

Esta rubrica reflecte apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento no Banco, uma vez que não foram apuradas quaisquer diferenças temporárias de imposto nas filiais. Como indicado pelas políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 · Outros Activos

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Outras disponibilidades	5 154	20 668
Créditos e juros vencidos	0	46 711
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	20 751	18 848
Devedores diversos	348 933	59 152
Aplicações diversas	0	106 263
Outros activos	953 097	40 797
Outros juros e rendimentos similares		
De rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	50 657	12
De outros emissores públicos nacionais	0	9 440
De outros residentes	565 388	120 704
Outros rendimentos a receber		
Outras obrigações	898 960	402 770
Comissões por serviços prestados	528 567	1 377 879
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	20 892	19 933
Outras Despesas com Encargo Diferido	50 842	34 017
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões	2 091 273	2 000 303
Outras contas de Regularização	2 025 999	5 120 965
	7 560 512	9 378 462
Imp. acum NIC/ prov. p/ imp. acum NCA		
Crédito vencido - devedores e outras aplicações	0	(46 711)
Provisões para crédito vencido		
Devedores e outras aplicações	0	(56)
	0	(46 767)
	7 560 512	9 331 695

O valor inscrito na conta do Sector Público Administrativo diz respeito a IVA a recuperar e Pagamentos especiais por conta das participadas Lisbon Brokers e FMP SGPS. De referir, também, que o valor de crédito vencido de devedores diversos da associada Lisbon Brokers se encontra totalmente provisionado.

3.15 · Recursos de Bancos Centrais

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos - Empréstimos	75 000 000	90 000 000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	996 875	621 181
	75 996 875	90 621 181

3.16 · Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Vendas a descoberto (*)	0	18 545 000
Instrumentos derivados com justo valor negativo (**)	96 044	1 049
	96 044	18 546 049

(*) Vendas a descoberto de instrumentos de dívida.

(**) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 · Recursos de Outras Instituições de Crédito

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Recurso a instituições de crédito no país		
Descobertos de Depósitos à Ordem	137 539	73 383
Empréstimos - Repo	8 236 122	16 240 499
Outros recursos	124	3 699
	8 373 785	16 317 580
Recurso a instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	67 267	282 898
Descobertos em depósitos à ordem	673 683	2 732 776
	740 950	3 015 674
	9 114 735	19 333 254

3.18 · Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	24 366 792	18 416 471
A prazo	54 056 993	45 167 458
De não residentes		
À ordem	9 050 113	10 709 010
A prazo	2 823 399	2 893 322
	90 297 297	77 186 262
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	704 414	634 512
De não residentes	92 832	13 617
	797 246	648 129
	91 094 543	77 834 390

3.19 · Provisões

Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisões para riscos gerais de crédito		
Crédito concedido	0	0
Outras provisões		
Para outros riscos e encargos	555 766	0
	555 766	0

3.20 · Passivos por Impostos Correntes

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	0	5 244 936
	0	5 244 936

O valor de 2012, diz respeito a IRC a pagar do Banco no valor €5 233 236 e da CoolLink no valor de € 11 700.

3.21 · Outros Passivos**Nota 21**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos e outros recursos		
Fornecedores	389 089	478 028
Fornecedores Bens em Locação Financeira	211 975	285 100
Credores por Operações sobre valores Mobiliários	1 256 516	810 270
Outros Credores	79 039	65 365
Créditos para operações sobre futuros	317 090	0
Outros Recursos	2 598 613	3 676 177
IVA a pagar	81 196	76 100
Sector Público Administrativo	270 826	285 126
Contribuições para a Segurança Social	63 439	57 422
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 432	4 739
Sindicatos	818	860
Penhoras por ordem de Tribunais	763	0
	5 273 796	5 739 188
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	2 135 833	2 150 287
Outros juros e encargos similares	0	324 225
Encargos a pagar		
Serviços prestados bancários p/ terceiros	0	0
Remunerações a Pagar ao Pessoal	402 440	438 508
Por gastos gerais	489	1 277
Outros encargos a Pagar	55 497	68 652
	458 425	508 437
Outras receitas com rendimento diferido	37 307	170
Operações a regularizar	1 384 211	3 452 079
	9 289 572	12 174 386

Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados no ano e a entregar no ano seguinte.

3.22 · Capital

Nota 22

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2013 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo "Demonstração da Variação nos Capitais Próprios".

3.23 · Interesses Minoritários

Nota 23

Os interesses minoritários em 2013 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	CAPITAL PRÓPRIO	% INTERESSES MINORITÁRIOS	INTERESSES MINORITÁRIOS
CoolLink	183 780	50,00%	79 251
Lisbon Brokers, SA (*)	(576 627)	15,16%	0
Fundo Investimento Retail Properties	10 000 000	31,45%	3 260 080
FMP, SGPS, SA	68 850	15,00%	10 452
Total	9 676 003		3 349 783

(*) – Inclui prestações suplementares de capital efectuadas por parte do Banco Carregosa em 2011 no valor de € 600.000, pelo que os interesses minoritários são nulos.

3.24 · Margem Financeira

Nota 24 e 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades e aplicações em OIC	1 482 664	777 554
Crédito a clientes	1 465 679	1 042 334
Crédito vencido	21 810	58 446
Outros activos financeiros		
Detidos para negociação	240 195	1 220 821
Disponíveis para venda	4 471 075	1 266 447
Detidos até maturidade	183 053	8 179 996
	7 864 477	12 545 598
Juros e Encargos Similares de:		
Recursos de OIC	(470 317)	(957 261)
Recursos de clientes	(2 384 558)	(2 042 316)
Passivos de negociação	(63 950)	(189 358)
Outros	(74)	(10 863)
	(2 918 898)	(3 199 799)
	4 945 579	9 345 799

Dado tratar-se de rendimentos e encargos resultantes sobretudo da actividade bancária, os valores indicados resultam sobretudo da contribuição individual do Banco Carregosa para os resultados consolidados, conforme se expressa no anexo às contas individuais.

3.25 · Rendimentos e Encargos de e com Serviços de Comissões**Nota 26 e 27**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
Garantias e avales	15 172	1 379
Outras operações s/ instrumentos financeiros	0	0
Depósito e guarda de valores	18 458	20 338
Cobrança de Valores	56 505	76 530
Administração de Valores	369 960	176 278
Org. invest. colectivo valor imob.	2 554	40 309
Operações de crédito	0	0
Outros Serviços Prestados	246 088	337 246
Operações realizadas por conta de Terceiros	2 612 518	2 981 999
Outras comissões recebidas	142 603	216 495
	3 463 858	3 850 574
Encargos com serviços e comissões por:		
Depósito e guarda de valores	(40 353)	(38 008)
Cobrança de valores	0	0
Administração de valores	(3 380)	0
Organização de inv. colect. em valores mobiliários	(38 500)	0
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(29 947)	(32 777)
Operações realizadas por terceiros	(708 501)	(735 232)
Outras comissões pagas	(3 855)	0
	(824 536)	(806 017)
	2 639 322	3 044 558

3.26 • Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	2 660 453	19 016 672
Futuros e Outras operações a Prazo	853 534	680 474
Outros activos financ. ao justo valor através resultados	80 000	0
Passivos financeiros negociação (não derivados)	12 246 285	2 430 027
	15 840 271	22 127 173
Perdas em:		
Activos Financeiros detidos por Negociação		
Títulos	(2 816 687)	(12 999 051)
Futuros e Outras Operações a Prazo	(415 150)	(356 865)
Passivos financeiros de negociação (não derivados)	(5 277 000)	(3 828 038)
	(8 508 837)	(17 183 954)
	7 331 435	4 943 219

O resultado apurado nestas rubricas é, na sua maior parte, justificado pelas mais-valias realizadas em Janeiro, fruto da alienação dos passivos de negociação que tinham sido abertos no último trimestre de 2012, com o objectivo de cobrir os riscos de mercado associados à carteira de detidos até à maturidade nessa data.

3.27 · Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1 783 245	5 011 847
Instrumentos de capital	32 587	18 260
Outros	359	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	1 989 674	379 302
Instrumentos de capital	0	0
Outros	21 218	0
	3 827 083	5 409 409
Perdas em:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(203 640)	
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(7 420)	(827 962)
Outros	0	0
	(211 060)	(831 662)
	3 616 023	4 577 746

O resultado apurado resulta também da operação de venda de parte da carteira de detidos até à maturidade. Por via desta, foi necessário reclassificar os activos na carteira de disponíveis para venda, e com a venda de parte destes, nomeadamente para liquidação das posições em passivos de negociação, foram obtidos cerca de metade dos resultados indicados. Durante o resto do ano, foi possível ainda tomar partido de algumas oportunidades excepcionais de mercado, que resultaram num saldo de resultados com activos disponíveis para venda ligeiramente inferior ao registado em 2012.

3.28 · Resultados de Reavaliação Cambial

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	122 899	185 662
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(507 705)	(315 257)
	(384 806)	(129 595)

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição.

3.29 · Resultados de Alienação de Outros Activos

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Investimentos detidos até à maturidade	1 434 439	2 395 770
Inv. em filiais excl. cons. assoc. e empreendimentos conj.	16 659	0
Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conj.	0	189 963
Activos não financeiros - outros activos tangíveis	37 514	69 015
Perdas em:		
Investimentos detidos até à maturidade	0	(1 502)
Activos não financeiros	0	(196 000)
	1 488 612	2 457 246

3.30 · Outros Resultados de Exploração

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	0	0
Ganhos em activos não financeiros	218 960	13 142
Outros	0	0
	218 960	13 142
Perdas em:		
Outros impostos	(133 618)	(157 964)
Quotizações e donativos	(227 297)	(38 851)
Contribuições para FGD	(17 500)	(17 500)
Contrib.p/ sist.de indem.aos invest	(2 500)	(2 500)
Falhas na gest. e exec. de proced	(3)	(1 034)
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	(1 950)	(1 208)
Perdas em Activos não Financeiros	0	0
Outros encargos e gastos operacionais	(306 397)	(199 726)
	(689 265)	(418 782)
	(470 305)	(405 641)

3.31 · Custos com o Pessoal

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações		
Dos Órgãos de Gestão	(501 687)	(568 510)
De Empregados	(2 314 134)	(2 325 050)
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a Remunerações	(657 762)	(648 896)
Outros encargos sociais obrigatórios		
Fundo de pensões	(31 692)	(31 667)
Seguros de acidentes de trabalho	(13 740)	(12 255)
Outros custos com o pessoal	(143 215)	(88 808)
	(3 662 230)	(3 675 186)

3.32 · Gastos Gerais Administrativos

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Com fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	(179 092)	(165 743)
Material de Consumo Corrente	(10 607)	(3 729)
Publicações	(7 834)	(8 823)
Material de Higiene e Limpeza	(9 853)	(9 778)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(143 752)	(91 337)
	(351 138)	(279 410)
Com Serviços:		
Rendas e Alugueres	(312 501)	(320 645)
Comunicações	(241 196)	(263 165)
Deslocações, estadas e Representação	(305 338)	(196 855)
Publicidade e edição de Publicações	(666 595)	(515 100)
Conservação e Reparação	(126 383)	(171 272)
Seguros	(32 514)	(24 039)
Serviços especializados		
Avenças e Honorários	(333 151)	(187 848)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(3 682)	(9 073)
Informática	(194 690)	(137 073)
Segurança e Vigilância	(8 901)	(5 482)
Limpeza	(9 561)	(9 229)
Informações	(277 884)	(290 622)
Bancos de dados	(36 061)	(33 938)
Outros serviços especializados		
Estudos e Consultas	(60 855)	(62 457)
Consultores e Auditores Externos	(409 587)	(446 717)
Avaliadores externos	(21 587)	0
Outros serviços de terceiros		
Assessoria, comunicação e imagem	(41 567)	(42 983)
Banco de Portugal - Serviço Bpnet	(1 879)	(2 448)
Serviços de condomínio	(10 729)	(8 434)
Outros	(106 806)	(5 400)
	(3 201 465)	(2 732 779)
	(3 552 603)	(3 012 189)

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para a Lisbon Brokers, SA e FMP, SGPS, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas/Fiscal Único	
Revisão Legal de Contas	1 500,00
	1 500,00

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas	
Revisão Legal de Contas	21 241,92
Revisão das DF's intercalares	15 260,00
Serviços de Garantia e Fiabilidade	5 493,60
Outros (CoolLink)	1 700,00
	43 695,52

3.33 · Amortizações do Exercício

Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos tangíveis		
De imóveis	(8 659)	(8 659)
De equipamento	(497 478)	(1 200 051)
De activos em locação financeira	(5 529)	(5 529)
De outros activos intangíveis	(537)	(807)
	(512 202)	(1 215 046)
Activos intangíveis	(397 919)	(443 938)
	(910 121)	(1 658 984)

3.34 · Depreciações e Amortizações

Conforme referido na nota 08, os movimentos e saldos das rubricas de outros "activos tangíveis" e "activos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.35 • Provisões Líquidas de Anulações

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Outras provisões	13 100	0
Perdas em:		
Outras provisões	(568 866)	0
	(555 766)	0

3.36 • Imparidade do Crédito Líquida de Reversões e Recuperações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	111 184	196 797
Outras provisões	45 606	158 330
Perdas em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	(190 686)	(327 480)
Outras provisões	(73 457)	(185 965)
	(107 353)	(158 319)

3.37 • Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquida de Reversões e Recuperações

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	0	(40 850)
	0	(40 850)

3.38 • Imparidade de Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações

Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conjuntos	340 000	0
Activos não financeiros	56	0
Perdas em:		
Activos não financeiros	0	(340 000)
Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conjuntos	0	(45 102)
	340 056	(385 102)

3.39 · Result. de Participações em Assoc. e Empre. Conj. (Eq. Patrimonial)**Nota 40**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Apropriação result. neg. filiais excluídas cons. ass. e conj.	0	(22 238)
Residentes:		
Associadas	5 579	0
	5 579	(22 238)

3.40 · Impostos**Nota 41 e 42**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos		
Correntes	(3 795 155)	(5 533 695)
Diferidos	8 390	115 147
	(3 786 765)	(5 418 548)

Os impostos correntes registados em 2013 no valor de €3 795 155, resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável, para o Banco Carregosa no valor de €3 718 271, para a participada CoolLink no valor de €6 767 e para o Fundo Retail €70 116,77.

Os impostos diferidos registados em 2013 no valor de €8 390, resultam exclusivamente da variação nos activos por impostos diferidos, detalhados no ponto 3.13.

3.41 · Interesses Minoritários**Nota 43**

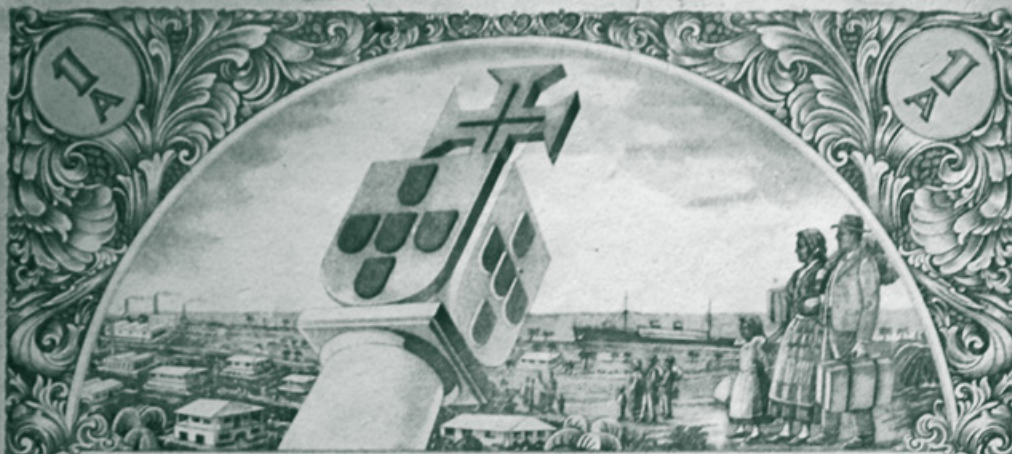
Os interesses minoritários em 2013 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	RESULTADOS LÍQUIDOS	% INTERESSES MINORITÁRIOS	INTERESSES MINORITÁRIOS
CoolLink	(25 278)	50,00%	(12 639)
Lisbon Brokers, SA (*)	(24 593)	15,16%	0
Fundo Investimento Retail Properties	367 359	31,45%	115 518
FMP, SGPS, SA	833	15,00%	125
Total	318 321		103 004

(*) – Conforme referido já na nota 3.21, não se verifica a participação dos interesses minoritários nos resultados da empresa Lisbon Brokers, dado a sua situação líquida se encontrar negativa, após dedução das prestações suplementares de capital do Banco Carregosa.

Exerceu o direito de actualisação

Fernando



COMPANHIA DE FOMENTO COLONIAL

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SÉDE NO PORTO

Constituida por escritura de 18 de Janeiro de 1939 publicada no Diário do Governo de 28 de Fevereiro do mesmo ano, 3.ª Série n.º 48, para efectivação do Acôrdo de Londres de 30 de Maio de 1938, aprovado pelo Governo Português em 15 de Julho do mesmo ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 28.856

CAPITAL ESC. 4.576.000\$00

DIVIDIDO EM 208.000 ACCOES DE ESC. 22\$00 CADA

**TITULO DE UMA ACCÃO - A -
LIBERADO**

N.º 26.934.

Esc. 22 \$ 00

Averbado ao Portador

Porto, 5 de Junho de 1941

Os Administradores Responsaveis

De L. A. Henri
António Augusto da Silva



Exerceu o direito de actualisação

3.42 - Contas Extrapatrimoniais

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidades potenciais para com o SII	196 649	169 843
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	16 133 815	8 546 237
Facilidades de descoberto em conta	50 017	47 699
	16 380 481	8 763 779
Responsabilidade por prestações de serviços:		
De Depósito e guarda de valores	370 952 428	418 290 366
Valores administrativos pela Instituição	60 307 850	18 113 287
Outras	0	0
	431 260 278	436 403 653
Serviços prestados por Terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	359 745 277	375 476 214
Por outros serviços	0	0
	359 745 277	375 476 214
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
Operações cambiais a prazo - negociação	38 433 338	17 992 912
Futuros e opções a prazo - negociação	199 473	0
	38 632 812	17 992 912
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
Garantias e avais pessoais/institucionais	2 082 015	359 773
Garantias reais	98 312 720	127 180 000
	100 394 734	127 539 773
Garantias recebidas:		
Garantias pessoais	2 902 489	0
Garantias reais	35 036 296	37 411 349
	37 921 449	37 411 349
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1 339 935	1 337 153
Juros vencidos	8 253	10 804
Contas diversas	(982 798 067)	(1 004 935 636)
	(981 449 878)	(1 003 587 679)



L. J. CARREGO

XIV. CONTAS INDIVIDUAIS
ANÁLISE E ANEXOS

OSA & C.^A, L.^{DA}

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Euros

	NOTAS	31-12-2013		VALOR LÍQUIDO	ANO ANTERIOR
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPAR. E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES		
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	33 923 137	0	33 923 137	50 677 236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	12 183 282	0	12 183 282	11 285 908
Activos financeiros detidos para negociação	3	2 759 420	0	2 759 420	2 357 042
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	111 805 246	0	111 805 246	40 953 207
Aplicações em instituições de crédito	5	19 119 419	0	19 119 419	4 795 298
Crédito a clientes	6	39 140 741	(93 569)	39 047 172	39 732 712
Investimentos detidos até à maturidade	7	0	0	0	94 942 480
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	8	5 530 954	(3 915 821)	1 615 134	1 315 979
Activos intangíveis	9	2 172 422	(2 008 890)	163 532	413 770
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	10	914 378	(600 000)	314 378	512 848
Activos por impostos correntes	11	285 972	0	285 972	0
Activos por impostos diferidos	12	300 681	0	300 681	292 291
Outros activos	13	7 341 596	0	7 341 596	9 320 391
TOTAL DE ACTIVO		235 477 247	(6 618 279)	228 858 967	256 599 162

Euros

	NOTAS	31-12-2013		ANO ANTERIOR
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPAR. E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES	
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	14		75 996 875	90 621 181
Passivos financeiros detidos para negociação	15		96 044	18 546 049
Outros passivos ao justo valor através de resultados			0	0
Recursos de outras instituições de crédito	16		9 114 611	19 331 386
Recursos de clientes e outros empréstimos	17		95 089 633	77 880 651
Responsabilidades representadas por títulos			0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos			0	0
Derivados de cobertura			0	0
Passivos não correntes detidos para venda			0	0
Provisões	18		816 541	236 611
Passivos por impostos correntes	19		0	5 233 236
Passivos por impostos diferidos			0	0
Instrumentos representativos de capital			0	0
Outros passivos subordinados			0	0
Outros passivos	20		9 088 134	12 023 248
TOTAL DE PASSIVO			190 201 838	223 872 361
CAPITAL				
Capital			20 000 000	20 000 000
Prémios de emissão			369 257	369 257
Outros instrumentos de capital			0	0
Reservas de reavaliação			1 979 015	745 643
Outras reservas e resultados transitados			9 259 693	2 147 997
Acções próprias			0	0
Resultado do exercício			7 049 164	9 463 904
Dividendos antecipados			0	0
TOTAL DE CAPITAL	21		38 657 129	32 726 801
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL			228 858 967	256 599 162

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS
31 de Dezembro de 2013 e 2012

Euros

	NOTAS	31-12-2013	ANO ANTERIOR
Juros e rendimentos similares	22	7 860 906	12 541 111
Juros e encargos similares	23	(3 038 988)	(3 199 799)
MARGEM FINANCEIRA		4 821 917	9 341 313
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	24	3 498 860	3 850 574
Encargos com serviços e comissões	25	(782 134)	(805 311)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	26	7 331 435	4 943 219
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	27	3 616 023	4 577 746
Resultados de reavaliação cambial	28	(384 789)	(129 589)
Resultados de alienação de outros activos	29	1 470 124	2 395 285
Outros resultados de exploração	30	(580 600)	(390 879)
PRODUTO DA ACTIVIDADE		18 990 837	23 782 357
Custos com pessoal	31	(3 372 817)	(3 451 182)
Gastos gerais administrativos	32	(3 716 633)	(3 302 373)
Amortizações do exercício	33	(874 989)	(1 627 583)
Provisões líquidas de anulações	34	(579 502)	(130 684)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	35	(27 851)	(26 284)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	36	0	(40 850)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	37	340 000	(340 000)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		10 759 045	14 863 401
Impostos		(3 709 881)	(5 399 497)
Correntes	38	(3 718 271)	(5 514 644)
Diferidos	39	8 390	115 147
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		7 049 164	9 463 904

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
para o período findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Euros	
	31-12-2013	31-12-2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	12 505 412	16 925 110
Pagamento de juros e comissões	(3 622 612)	(2 701 166)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(7 153 753)	(6 816 145)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(23 219 640)	15 779 092
Outros activos e passivos operacionais	(9 248 244)	63 019 889
Outros recebimentos de clientes	17 770 708	(4 124 220)
Impostos sobre lucros	(9 152 414)	(671 489)
Caixa líquida das actividades operacionais	(22 120 543)	81 411 070
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	(69 618 667)	(34 078 296)
Investimentos detidos até à maturidade	95 049 456	(13 242 763)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(923 906)	(1 318 056)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	35 685	71 500
Investimentos em empresas filiais e associadas	538 470	535 500
Caixa líquida das actividades de investimento	25 081 037	(48 032 115)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Dividendos pagos	(2 500 000)	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	(2 500 000)	-
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	460 495	33 378 956
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	63 954 120	30 575 165
Caixa e equivalentes no fim do exercício	64 414 615	63 954 120

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Actividade Individual)

Anexo IV

CONTAS	EM 31/12/2012					
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AUMENTOS AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	TRANSF.
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS						
Sistemas de Tratamento de Dados (<i>Software</i>)	1 842 233	1 484 532	139 922	337 602	0	0
Activos Intangíveis em Curso	0	0	4 273	0	0	0
Outros Activos Intangíveis	185 994	129 163	0	56 831	0	0
	2 028 227	1 613 695	144 195	394 433	0	0
ACTIVOS TANGÍVEIS						
Imóveis	522 936	18 052	0	8 188	0	0
Equipamento	3 995 042	3 538 696	644 407	466 839	0	0
Activos em Locação Financeira	368 570	13 821	0	5 529	0	0
	4 886 548	3 570 569	644 407	480 556	0	0
TOTAIS	6 914 775	5 184 264	788 602	874 989	0	0

O Técnico Oficial de Contas

Euros

REGULARIZAÇÕES			VALOR DE AQUISIÇÃO AJUSTADO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO AJUSTADAS	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS AJUSTADAS	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2013
VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
0	0	0	1 982 155	337 602	1 484 912	159 260
0	0	0	4 273	0	0	4 273
0	0	0	185 994	56 831	129 163	0
0	0	0	2 172 422	394 433	1 614 075	163 533
0	0	0	522 936	8 188	18 052	496 696
0	0	0	4 639 449	466 839	3 403 392	769 218
0	0	0	368 570	5 529	13 821	349 220
0	0	0	5 530 955	480 556	3 435 265	1 615 134
0	0	0	7 703 377	874 989	5 049 340	1 778 666

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 (Actividade Individual)

Euros

CONTAS	SALDO EM 31-12-2012	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	DIMINUIÇÕES	SALDO EM 31-12-2013
Capital Realizado	20 000 000				20 000 000
Prémio de Emissão	369 257				369 257
Reserva de Reavaliação	1 121 378	319 963			1 441 341
Reserva Legal	506 236		946 390		1 452 626
Reserva de Variações Cambiais	-375 735			913 409	537 674
Outras Reservas	288 988	6 165 305			6 454 293
Resultados Transitados	1 352 774				1 352 774
Resultado Líquido do Exercício	9 463 904	7 049 164	-9 463 904		7 049 164
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	32 726 802	13 534 432	-8 517 914	913 409	38 657 129

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Montantes em Euros excepto quando expressamente indicado)

1 · INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L. J. Carregosa, S.A. (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista n.º 1083, no Porto. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas. Iniciou a sua actividade como banco comercial em Novembro de 2008, após fusão da Sociedade de Corretagem Banco L. J. Carregosa e a Personal Value, conforme escritura pública de 17 de Maio daquele ano.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 4 agências e dois escritórios de representação em Madrid e S. Paulo.

2 · BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 · Bases de Apresentação e Comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2012.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor.

2.2 • Resumo das principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1 • Especialização dos Exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2 • Transacções em Moeda Estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de “fixing” da data do balanço, que são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3 • Aplicações em Instituições de Crédito no País e no Estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

2.2.4 • Activos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

2.2.5 • Activos Financeiros Detidos para Venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma

das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da sua alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada, que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.6 • Crédito a Clientes e Valores a Receber de Outros Devedores (Contas a Receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7 · Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8 · Activos não Correntes Detidos para Venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.9 · Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso n.º 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i) Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido;

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.10 · Outros Activos Tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

ANOS:

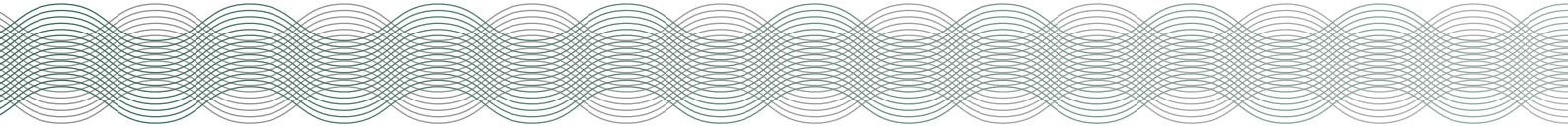
Equipamento:

Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

2.2.11 · Activos Intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas na fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.



2.2.12 · Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção, directamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.13 · Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.14 · Reconhecimento de Proveitos e Custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do réditto possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.15 · Comissões por Serviços Prestados

O Banco Carregosa cobra comissões pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.16 · Impostos Sobre o Rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se anticipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

2.2.17 · Benefícios aos Empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgere. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram

a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte no activo.

Em resultado de um estudo sobre as responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores que não beneficiem do SAMS, mantendo os mesmos níveis de encargos.

IAS 19 – Benefícios a empregados (alteração) – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao:

(i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio;

(ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro às responsabilidades e aos activos do plano;

(iii) a diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos / perdas actuariais; e

(iv) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.

2.2.18 • Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha, através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.



3 · NOTA PRÉVIA

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e decompostas pelas seguintes rubricas:

3.1 · Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	0	0
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	33 923 137	50 677 236
	33 923 137	50 677 236

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

3.2 · Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
Residentes	4 155 794	3 984 564
Não residentes	8 027 488	7 301 344
	12 183 282	11 285 908

3.3 · Activos Financeiros Detidos para Negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de negociação		
Títulos	2 292 909	2 142 484
Instrumentos derivados com justo valor positivo	466 511	214 558
	2 759 420	2 357 042

Esta carteira sofreu um ligeiro acréscimo face ao período homólogo, quer por via de aquisições por evolução favorável dos mercados, quer por transferências de parte dos títulos da carteira de activos detidos até à maturidade.

ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	150 950	153 881	2 931	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	401 374	400 306		1 068	-
	552 324	554 187	2 931	1 068	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Acções	337 213	339 910	3 597	900	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Acções	522 943	566 062	45 819	2 700	-
Unidades de Participação	6 074	2 850	-	3 224	-
	866 230	908 822	49 416	6 824	-
OUTROS					
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	796 760	798 290	5 220	3 690	-
Outros	78 720	31 610	-	47 110	-
	875 480	829 900	5 220	50 800	-
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO					
Outros					
Mais-valias não realizadas em Opções	-	199 473	-	-	-
Mais-valias não realizadas em CFD sobre moeda	-	267 038	-	-	-
	-	466 511	-	-	-
TOTAL	2 294 034	2 759 420	57 567	58 692	-

3.4 · Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	31 075 798	5 014 329
Instrumentos de dívida de outros residentes	21 700 055	9 100 170
Instrumentos de capital	11 468 969	2 617 200
	64 244 822	16 731 699
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	47 560 424	24 221 508
	111 805 246	40 953 207

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 2013, efectuou-se um reforço significativo desta carteira em resultado da transferência de parte da carteira de detidos até à maturidade e pela aplicação criteriosa dos recursos captados de clientes. Paralelamente, verificou-se um reforço significativo em alguns títulos de dívida de emitentes não residentes e que não são aceites como colateral para os recursos captados junto do Banco Central, bem como a subscrição, em 2013, de unidades de participação do fundo de investimento imobiliário Retail Properties, conforme se documenta no quadro seguinte (*).

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro	6 161 215	6 201 173	53 816	13 858	-
Bilhetes do Tesouro	24 771 723	24 874 625	102 902	-	-
De Outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	21 128 777	21 700 055	574 715	3 437	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros					
Obrigações de Agências Soberanas	5 008 790	5 077 825	69 035	-	-
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	38 623 603	40 351 690	1 854 611	126 524	-
Dívida Subordinada	1 817 849	1 936 909	119 060	-	-
	97 511 957	100 142 277	2 774 139	143 819	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Acções	4 786 046	4 361 936	21 000	404 260	40 850
Outros (*)	6 855 438	7 107 033	251 595	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	194 000	194 000	-	-	-
	11 835 484	11 662 969	272 595	404 260	40 850
TOTAL	109 347 441	111 805 246	3 046 734	548 079	40 850

3.5 · Aplicações em Instituições de Crédito

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações		
No país		
No Banco de Portugal	0	0
Em outras instituições de crédito	19 100 000	4 769 855
Em proveitos a receber	19 419	25 444
	19 119 419	4 795 298

O incremento substancial desta rubrica em 2013, encontra justificação no redireccionamento da liquidez para o investimento em Outras Instituições de crédito, em resultado do desinvestimento verificado na carteira de títulos detidos até à maturidade.

3.6 · Créditos a Clientes

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Crédito interno		
Empréstimos	12 859 606	10 347 303
Créditos em conta corrente	16 047 306	10 786 833
Descobertos em depósitos à ordem	257 433	93 301
Operações de compra com acordo de revenda	8 715 735	16 288 014
Crédito ao exterior		
Empréstimos	1 020 000	1 360 000
Créditos em conta corrente	0	705 771
Crédito e juros vencidos	125 034	160 472
Rendimentos a receber	115 627	69 518
	39 140 741	39 811 212
Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos	(93 569)	(78 500)
	39 047 172	39 732 712

A carteira de crédito manteve-se estável, face ao período homólogo, embora se verifique um reforço significativo nos créditos concedidos em regime de conta corrente, compensando com uma diminuição equivalente em operações de compra com acordo de revenda efectuada com outra instituição de crédito nacional. Verifica-se, igualmente, que os níveis relativos de provisionamento se mantem com expressão reduzida face ao volume de crédito em resultado de uma política de garantias sólidas e rigor na avaliação dos pedidos, com efeitos positivos simultaneamente na margem financeira.

3.7 · Investimentos Detidos até à Maturidade

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	0	93 615 016
Rendimentos a receber		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa		1 327 464
	0	94 942 480

Por uma orientação estratégica e em linha com a recomendação do Comité de Investimentos ALCO, o Banco alienou e transferiu, em 2013, toda a restante carteira de activos detidos até à maturidade, em resultado da instabilidade e incertezas futuras, consubstanciado no efeito risco/retorno dos instrumentos de dívida.

3.8 · Outros Activos Tangíveis

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Outros activos tangíveis		
Imóveis	522 935	522 936
Equipamento*	4 639 449	3 995 042
Activos em locação financeira	368 570	368 570
	5 530 954	4 886 548
Amortizações acumuladas		
Imóveis	(26 240)	(18 052)
Equipamento*	(3 870 231)	(3 538 696)
Activos em locação financeira	(19 350)	(13 821)
	(3 915 821)	(3 570 569)
	1 615 134	1 315 979

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2013 nas rubricas de outros "activos tangíveis" e "activos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado 'Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2013'.

(*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012. Substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

3.9 • Activos Intangíveis

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Outros activos intangíveis		
Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)	1 982 155	1 842 233
Activos tangíveis em curso	4 273	0
Outros	185 994	185 994
	2 172 422	2 028 226
Amortizações acumuladas		
Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)	(1 822 514)	(1 484 913)
Activos tangíveis em curso	(382)	(382)
Outros	(185 994)	(129 163)
	(2 008 890)	(614 457)
	163 532	413 770

Apesar de uma redução em termos líquidos, salienta-se o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efectuados na reformulação da respectiva presença na Internet e na participação no sistema interbancário de transferências a crédito SEPA.

3.10 • Investimento em Assoc. e Filiais Excluídas do Per. Consolidação

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Valorizadas ao custo histórico - no país		
No país	914 378	1 452 848
Impar. acum. NIC / Provisões para imparidades acum. NCA		
No país - filiais	(600 000)	(600 000)
No país - associadas	0	(340 000)
	314 378	512 848

Em resultado da alienação da nossa participação na associada Optimize Investment Partners em 2013 incluída nesta rubrica foi anulada a imparidade constituída em 2012 no valor de 340 000,00€, mantendo-se a imparidade para a Lisbon Brokers, SA constituída em 2011 de €600 000.

3.11 • Activos por Impostos Correntes

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	285 972	0
	285 972	0

3.12 · Activos por Impostos Diferidos

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Em Activos	300 681	292 291
	300 681	292 291

Esta rubrica reflecte apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.13 · Outros Activos

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Outras disponibilidades	5 154	20 668
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	137	0
Devedores diversos	158 794	69 194
Aplicações diversas	0	106 263
Outros activos	953 097	40 797
Outros juros e rendimentos similares		
De rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	50 657	12
De outros emissores públicos nacionais	0	9 440
De outros residentes	565 388	120 704
Outros rendimentos a receber		
Outras obrigações	898 960	402 770
Comissões por serviços prestados	528 567	1 377 879
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	20 892	19 933
Outras Despesas com Encargos Diferidos	42 665	31 464
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões	2 091 273	2 000 303
Outras contas de Regularização (*)	2 026 013	5 120 965
	7 341 596	9 320 391

(*) Em "Outras Contas de Regularização" encontram-se registadas operações de compra a aguardar liquidação.

3.14 · Recursos de Bancos Centrais

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos - Empréstimos	75 000 000	90 000 000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	996 875	621 181
	75 996 875	90 621 181

3.15 · Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Vendas a descoberto (*)	0	18 545 000
Instrumentos derivados com justo valor negativo (**)	96 044	1 049
	96 044	18 546 049

(*) Vendas a descoberto de instrumentos de dívida.

(**) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.16 · Recursos de Outras Instituições de Crédito

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Recurso a instituições de crédito no país		
Descobertos de Depósitos à Ordem	137 539	71 546
Operações de Venda com acordo de recompra - Repo	8 236 122	16 240 499
Outros recursos	0	3 699
	8 373 661	16 315 712
Recurso a instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	67 267	282 898
Descobertos em depósitos à ordem	673 683	2 732 776
	740 950	3 015 674
	9 114 611	19 331 386

3.17 - Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	24 406 189	18 462 732
A prazo	58 006 993	45 167 458
De não residentes		
À ordem	9 050 113	10 709 010
A prazo	2 823 399	2 893 322
	94 286 694	77 232 523
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
	710 107	634 512
De não residentes		
	92 832	13 617
	802 939	648 129
	95 089 633	77 880 651

3.18 - Provisões

Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisões para riscos gerais de crédito		
Crédito concedido	305 407	233 013
Crédito por assinatura	11 135	3 598
	316 541	236 611
Outras provisões		
Para outros riscos e encargos	500 000	0
	816 541	236 611

Movimentos em provisões, imparidades e correções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber

	SALDOS 31/12/2012	DOTAÇÕES	UTILIZAÇÕES TRANSF/AJUSTES	ANULAÇÕES REPOSIÇÕES	SALDOS 31/12/2012
Provisões para crédito e juros vencidos	78 500	73 457	(12 782)	45 606	93 569
Provisões para riscos gerais de crédito	236 611	190 686	428	111 184	316 541
Provisões para outros Riscos e Encargos	0	500 000(**)			500 000
Totais	(*)315 111	764 143	(12 354)	156 790	910 110

(*) Estes totais incluem as provisões deduzidas no activo (nota 6).

(**) Provisão para cobertura de responsabilidade civil não coberta por apólice seguros.

3.19 · Passivos por Impostos Correntes

Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	0	5 233 236
	0	5 233 236

3.20 · Outros Passivos

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos e outros recursos		
Fornecedores	423 278	425 836
Fornecedores Bens em Locação Financeira	211 975	285 100
Credores por Operações sobre valores Mobiliários	1 256 516	810 270
Outros Credores	9 308	20 247
Futuros	317 090	0
Outros Recursos	2 598 613	3 676 177
IVA a pagar	30 992	60 044
Sector Público Administrativo	265 687	282 426
Contribuições para a Segurança Social	58 322	53 449
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 432	4 739
Cobrança por conta de terceiros	1 581	860
	5 177 794	5 619 147
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	2 135 833	2 150 287
Outros juros e encargos similares		
Instrumentos de dívida	0	324 225
Encargos a pagar		
Remunerações a Pagar ao Pessoal	367 693	408 420
Por gastos gerais Administrativos	0	268
Outros encargos a Pagar	53 769	68 652
	421 462	801 564
Outras receitas com rendimento diferido	5 325	170
Operações a regularizar	1 347 720	3 452 079
	9 088 134	12 023 248

Na rubrica de Crédito e Outros recursos, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuadas no ano e a entregar no ano seguinte.

Em "Outras operações a regularizar" encontram-se registadas operações de venda de títulos a aguardar liquidação.

3.21 - Capital

Nota 21

O anexo da "Demonstração da variação nos capitais Próprios" apresenta uma variação positiva face a 2012 no montante de €5 930 328 em resultado da variação das Reservas de reavaliação das carteiras de títulos e do Resultado positivo do exercício.

3.22 - Margem Financeira

Nota 22 e 23

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Juros e rendimentos similares de:		
Juros de Disponibilidades	1 479 075	772 805
Juros de Clientes e Outras Aplicações	6 381 831	11 768 307
	7 860 906	12 541 111
Juros e Encargos Similares de:		
Recursos de Outras Instituições de Crédito	(470 317)	(957 261)
Juros de Credores e Outros Recursos	(2 568 671)	(2 242 537)
Juros de Empréstimos	0	0
	(3 038 988)	(3 199 799)
	4 821 917	9 341 313

A margem financeira diminuiu consideravelmente em 2013, na sua grande maioria devido aos juros implícitos em cada uma das carteiras de obrigações do Banco, em que os títulos detidos até à maturidade, quer por venda, quer por integração na carteira de investimento do remanescente, deixaram de contribuir para a margem financeira.

3.23 · Rendimentos e Encargos de e com Serviços de Comissões

Nota 24 e 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
Garantias e avales	15 172	1 379
Depósito e guarda de valores	18 458	20 338
Cobrança de Valores	56 505	76 530
Administração de Valores	369 960	176 278
Organismos de investimento colectivo	37 554	40 309
Outros Serviços Prestados	246 088	337 246
Operações realizadas por conta de Terceiros	2 612 518	2 981 999
Outras comissões recebidas	142 604	216 495
	3 498 860	3 850 574
Encargos com serviços e comissões por:		
Depósito e guarda de valores	(36 853)	(38 008)
Administração de valores	(3 380)	0
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(29 697)	(32 072)
Operações realizadas por terceiros	(708 501)	(735 232)
Outras comissões pagas	(3 703)	0
	(782 134)	(805 311)
	2 716 726	3 045 263

3.24 · Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	2 660 453	19 016 672
Futuros e Outras operações a Prazo	853 534	680 474
Outros activos financ. ao justo valor através resultados	80 000	0
Passivos financeiros negociação (não derivados)	12 246 285	2 430 027
	15 840 271	22 127 173
Perdas em:		
Activos Financeiros detidos por Negociação		
Títulos	(2 816 687)	(12 999 051)
Futuros e Outras Operações a Prazo	(415 150)	(356 865)
Passivos financeiros de negociação (não derivados)	(5 277 000)	(3 828 038)
	(8 508 837)	(17 183 954)
	7 331 435	4 943 219

O resultado apurado nestas rubricas é, na sua maior parte, justificado pelas mais-valias realizadas em Janeiro, fruto da alienação dos passivos de negociação que tinham sido abertos no último trimestre de 2012, com o objectivo de cobrir os riscos de mercado associados à carteira de detidos até à maturidade, nessa data.

3.25 · Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1 783 245	5 011 847
Instrumentos de capital	32 587	18 260
Outros	359	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	1 989 674	379 302
Outros	21 218	0
	3 827 083	5 409 409
Perdas em:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(203 640)	(3 700)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(7 420)	(827 962)
	(211 060)	(831 662)
	3 616 023	4 577 746

O resultado apurado resulta também da operação de venda de parte da carteira de detidos até à maturidade. Por via desta, foi necessário reclassificar os activos na carteira de disponíveis para venda, e com a venda de parte destes, nomeadamente para liquidação das posições em passivos de negociação, foram obtidos cerca de metade dos resultados indicados. Durante o resto do ano, foi possível ainda tomar partido de algumas oportunidades excepcionais de mercado, que resultaram num saldo de resultados com activos disponíveis para venda ligeiramente inferior ao registado em 2012.

3.26 · Resultados de Reavaliação Cambial

Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	122 890	185 622
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(507 679)	(315 211)
	(384 789)	(129 589)

Resultados apurados em grande parte devido à valorização/desvalorização dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou uma maior exposição.

3.27 · Resultados de Alienação de Outros Activos

Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Ganhos em investimentos detidos até à maturidade	1 434 439	2 395 770
Activos não financeiros	35 685	64 015
Perdas em:		
Perdas em inv. filiais no país	0	(64 500)
	1 470 124	2 395 285

Nos activos não financeiros os registos de 2012 e 2013, referem-se à venda de viaturas.

3.28 - Outros Resultados de Exploração

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Ganhos em activos não financeiros	100 466	15 602
	100 466	15 602
Perdas em:		
Outros impostos	(127 679)	(155 052)
Quotizações e donativos	(227 297)	(38 851)
Contribuições para FGD	(17 500)	(17 500)
Contrib.p/ sist. de indem. aos invest	(2 500)	(2 500)
Falhas na gest. e exec. de proced	(3)	(1 034)
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	(1 950)	(1 208)
Outros encargos e gastos operacionais	(304 137)	(190 336)
	(681 066)	(406 481)
	(580 600)	(390 879)

3.29 - Custos com o Pessoal

Nota 31

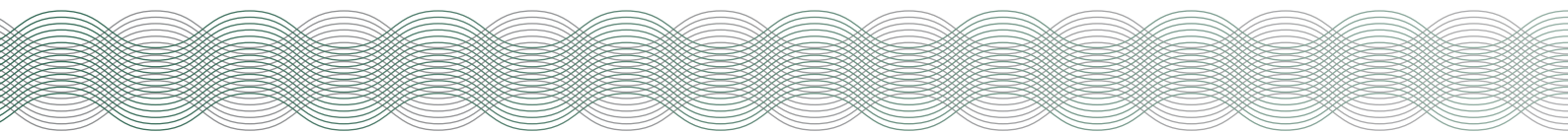
Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações		
Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	(417 030)	(482 660)
De Empregados	(2 182 481)	(2 227 260)
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a Remunerações	(608 005)	(609 324)
Outros encargos sociais obrigatórios		
Fundo de pensões	(31 692)	(31 667)
Seguros de acidentes de trabalho	(12 722)	(11 477)
Outros custos com o pessoal	(120 888)	(88 794)
	(3 372 817)	(3 451 182)

Em Dezembro 2013 o Banco contava com 66 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 68. No final de 2013, a título extraordinário e pontual, foi pago aos colaboradores um prémio de desempenho.

Responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que, à data de 31 de Dezembro de 2010, não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.



O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;
- Subsídio Morte para activos.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de Dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de protecção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respectivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE com condições aproximadas aos serviços de assistência médica dos SAMS.

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL	31.12.2013	31.12.2012
Administração	4	6
Direcção	15	14
Técnicos	12	11
Administrativos	11	13
Comerciais/operacionais	18	18
Outros	6	6
	66	68

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respectivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação actuarial realizada por um actuário da firma Pereira da Silva, Pedro Corte Real & Associados, sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no ACTV - *Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário*. A 31 de Dezembro de 2013, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 17 activos e 5 pensionistas.

Do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, resultaram alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social a 31 de Dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que, a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Actual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de Dezembro de 2013 corresponde a €2 135 832,80, sendo que, deste montante, €518 502,63 correspondem ao Valor Actual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de €2 091 272,95, o que significa uma cobertura de financiamento global de 97,91%.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos e em 95% as responsabilidades por serviços passados da população activa, verifica-se que o mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido.

Face ao nível de financiamento observado em 2012, não foram efectuadas contribuições em 2013.

A contribuição recomendada para 2014 é de €31 963,14 que corresponde a 8,38% da massa salarial prevista para 2014. O respectivo relatório encontra-se disponível para consulta.

3.30 · Gastos Gerais Administrativos**Nota 32**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Com fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	(173 594)	(162 047)
Material de Consumo Corrente	(5 717)	(3 729)
Publicações	(7 834)	(8 823)
Material de Higiene e Limpeza	(9 853)	(9 778)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(141 447)	(84 456)
	(338 444)	(268 833)
Com Serviços:		
Rendas e Alugueres	(300 673)	(312 141)
Comunicações	(235 622)	(257 253)
Deslocações, estadas e Representação	(278 968)	(169 969)
Publicidade e edição de Publicações	(666 595)	(515 100)
Conservação e Reparação	(125 000)	(170 301)
Seguros	(30 030)	(20 115)
Serviços especializados		
Avenças e Honorários	(102 233)	(93 007)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(3 248)	(8 431)
Informática	(775 202)	(580 344)
Segurança e Vigilância	(8 901)	(5 482)
Limpeza	(9 549)	(9 229)
Informações	(277 884)	(290 622)
Bancos de dados	(36 061)	(33 938)
Outros serviços especializados		
Estudos e Consultas	(60 855)	(62 457)
Consultores e Auditores Externos	(406 266)	(446 717)
Outros serviços de terceiros		
Assessoria, comunicação e imagem	(41 567)	(42 983)
Banco de Portugal - Serviço Bpnet	(1 879)	(2 448)
Serviços de condomínio	(10 729)	(8 434)
Outros	(6 929)	(4 569)
	(3 378 190)	(3 033 541)
	(3 716 633)	(3 302 373)

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com o ROC, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas	
Revisão Legal de Contas	21 241,92
Revisão das DF's intercalares	15 260,00
Serviços de Garantia e Fiabilidade	5 493,60
	41 995,52

3.31 · Amortizações do Exercício

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos tangíveis		
De imóveis	(8 188)	(8 188)
De equipamento	(466 839)	(1 179 772)
De activos em locação financeira	(5 529)	(5 529)
	(480 556)	(1 193 489)
Activos intangíveis	(384 433)	(434 094)
	(874 989)	(1 627 583)

Conforme referido na nota 8 e 9, os movimentos e saldos das rubricas de outros "activos tangíveis" e "activos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

3.32 · Provisões Líquidas de Anulações

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	111 184	196 797
Perdas em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	(190 686)	(327 480)
Outras provisões	(500 000)	0
	(579 502)	(130 684)

3.33 · Correções de Valores Associados ao Crédito a Clientes

Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos em:		
Para crédito vencido	45 606	159 681
Perdas em:		
Para crédito vencido	(73 457)	(185 965)
	(27 851)	(26 284)

3.34 · Imparidade do Crédito Líquida de Reversões e Recuperações

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos e juros vencidos		
Devedores e Outras Aplicações	0	(40 850)
	0	(40 850)

3.35 · Imparidade de Outros Act. Líquida de Reversões e Recuperações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Invest. em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	0	(340 000)
Ver. rec. perdas imparidades (NIC) / prov. imp. (NCA)	340 000	0
	340 000	(340 000)

A anulação desta imparidade em 2013 decorre da alienação da participação integral na Optimize Investment Partners.

3.36 · Impostos

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos		
Correntes	(3 718 271)	(5 514 644)
Diferidos	8 390	115 147
	(3 709 881)	(5 399 497)

Impacto dos registos nas notas seguintes.

Impostos Correntes

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2012 e 2013 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	2013	2012
1 Resultados antes de Impostos - Base NCA	10 759 045	14 863 401
2 Taxa legal de Imposto (IRC + Derrama)	26,50%	26,50%
3 Carga Fiscal Normal (1x2)	2 851 147	3 938 801
4 Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	690 686	368 330
4.2 Amortizações não aceites como custo	103 060	909 801
4.3 Donativos e Quotizações	9 389	0
4.4 IRC relativo a anos anteriores	0	0
4.5 Mais-valias fiscais	10 343	25 417
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	1 042	2 944
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	4 885	4 777
4.8 Correções impactos em NCA's	0	0
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	0	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	94 662	25 417
4.11 Pensões de reforma	0	0
4.12 Insuficiência estimativa de imposto	0	27 784
4.13 Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	0	0
4.14 Fundo de pensões	31 692	31 689
4.15 Imparidade em filiais e associadas	0	340 000
4.16 Contribuição sobre o Sector Bancário	79 946	109 046
	1 020 707	1 845 205
5 Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões e imparidades tributáveis	-451 184	-196 797
5.2 Benefícios fiscais	-91 312	-15 034
5.3 Impacto NCA's	0	-10 352
5.4 Mais-valias contabilísticas	- 35 685	-64 015
5.5 Excesso estimativa de imposto	-85 065	0
5.6 Correções relativas a exercícios anteriores	-13 255	-2 807
	-678 039	-289 004
6 Variações patrimoniais	1 381 164	- 1 138 862
7 Lucro tributável (1+4+5+6)	12 482 877	17 558 464
8 Prejuízo fiscal reportável	0	0
9 Imposto (Colecta + Derrama)	3 629 184	5 285 018
10 Tributações autónomas	89 087	229 626
11 Imposto total (9+10)	3 718 271	5 514 644
12 Taxa efectiva (11/1)	34,56%	37,10%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

3.37 · Impostos Diferidos

Nota 39

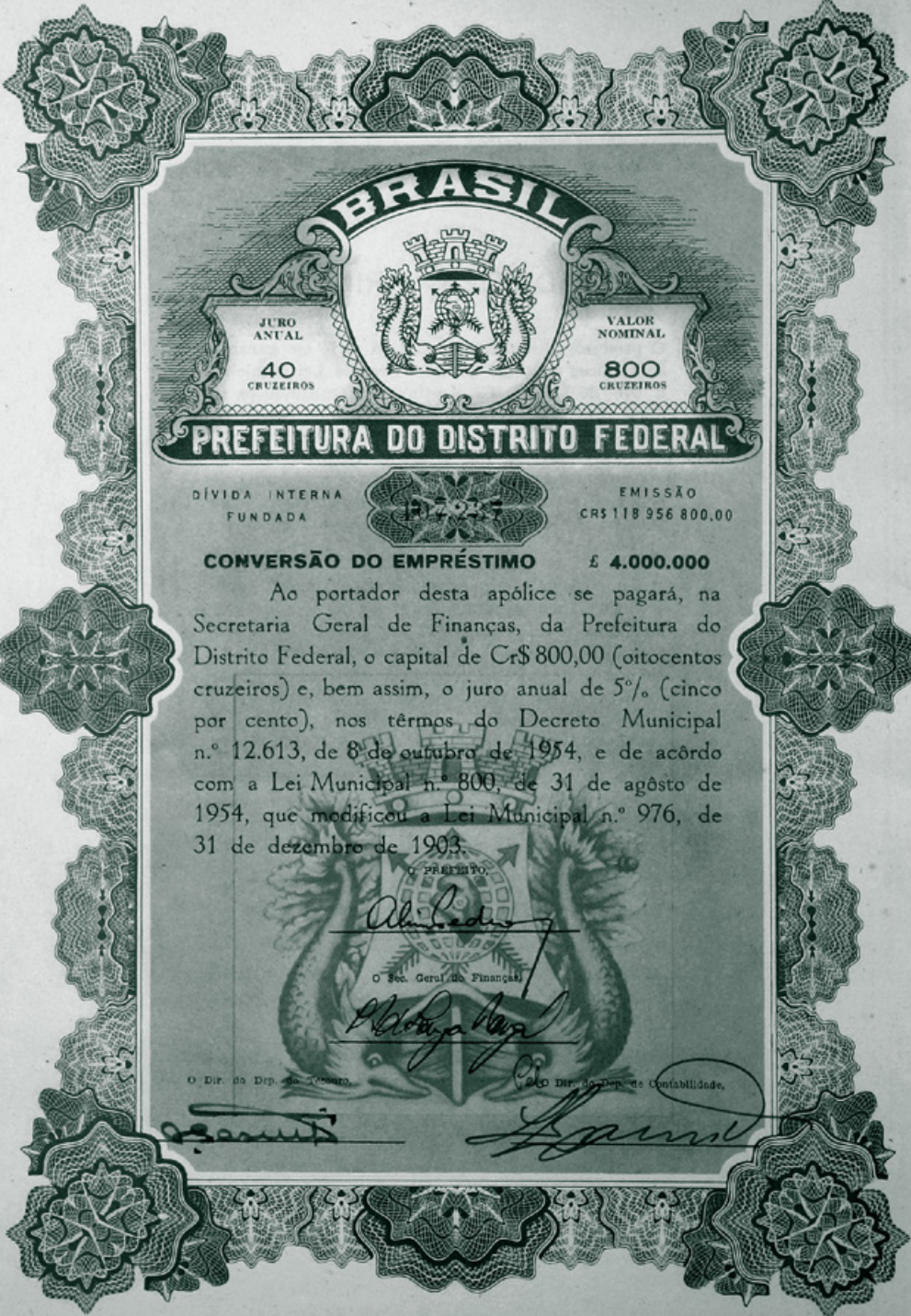
Os impostos diferidos registados em 2013 no valor de €8 390 resultam exclusivamente do impacto fiscal decorrente do processo de amortização da frota automóvel do Banco em 2012 e a venda posterior de viaturas.

3.38 · Contas Extrapatrimoniais

Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidades potenciais para com o SII	196 649	169 843
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	16 133 815	8 546 237
Facilidades de descoberto em conta	50 017	47 699
	16 380 481	8 763 779
Responsabilidade por prestações de serviços:		
De Depósito e guarda de valores	370 952 428	418 290 366
Valores administrativos pela Instituição	60 307 850	18 113 287
Outras	0	0
	431 260 278	436 403 653
Serviços prestados por Terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	359 745 277	375 476 214
Por outros serviços	0	0
	359 745 277	375 476 214
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
Operações cambiais a prazo - negociação	38 433 338	17 992 912
Futuros e opções a prazo - negociação	0	0
Opções - negociação	199 473	0
	38 632 812	17 992 912



BRASIL

JURO ANUAL
40
CRUZEIROS



VALOR NOMINAL
800
CRUZEIROS

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

DÍVIDA INTERNA
FUNDADA



EMISSÃO
CR\$ 118 956 800,00

CONVERSÃO DO EMPRÉSTIMO £ 4.000.000

Ao portador desta apólice se pagará, na Secretaria Geral de Finanças, da Prefeitura do Distrito Federal, o capital de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) e, bem assim, o juro anual de 5% (cinco por cento), nos termos do Decreto Municipal n.º 12.613, de 8 de outubro de 1954, e de acôrdo com a Lei Municipal n.º 800, de 31 de agosto de 1954, que modificou a Lei Municipal n.º 976, de 31 de dezembro de 1903.

O PREFEITO,

Albino

O Sec. Geral de Finanças,

Abel

O Dir. do Dep. de Contabilidade,

O Dir. do Dep. de Contabilidade,

[Signature]

[Signature]

	31/12/2013	31/12/2012
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
Garantias e avales pessoais/institucionais	2 082 015	359 773
Garantias reais	98 312 720	127 180 000
	100 394 734	127 539 773
Garantias recebidas:		
Garantias pessoais	2 902 489	0
Garantias reais	35 018 960	37 411 349
	37 921 449	37 411 349
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1 339 935	1 337 153
Juros vencidos	8 253	10 804
Contas diversas	(982 780 731)	(1 004 935 636)
	(981 432 542)	(1 003 587 679)

Porto, 29 de Abril de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves
Pedro José Malheiro Duarte
António José Paixão Pinto Marante
Paulo Armando Morais Mendes
Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes
Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya



XV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco L. J. Carregosa, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 227.940.965 euros e um total de capital próprio de 41.793.430 euros, incluindo um resultado consolidado líquido positivo de 7.286.052 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas

em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco L. J. Carregosa, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, e à semelhança do ano anterior, descrevemos em seguida uma derrogação de uma política contabilística com impacto em vários exercícios

contabilísticos e também descrita na certificação legal das contas individuais deste exercício do Banco Carregosa no seu parágrafo 9 que, também é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas.

No anexo às Contas consolidadas do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.11 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas consolidadas do Banco, na nota 9 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota do Banco Carregosa, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

Deste modo, a derrogação desta política contabilística para o ano 2013 tem como impacto nas contas consolidadas que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 900.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 130.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo e dos capitais próprios de aproximadamente 770.000 euros. O impacto da derrogação desta política contabilística no resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não tem significado.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 30 de Abril de 2014

Vilar, Campos, Gomes & Associados, SROC, Lda. (SROC 180)
Representada por Cristina Gomes (ROC 1088)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Banco L. J. Carregosa, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 228.858.967 euros e um total de capital próprio de 38.657.129 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 7.049.164 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L. J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, e à semelhança do ano anterior, descrevemos em seguida uma derrogação de uma política contabilística com impacto em vários exercícios contabilísticos. No anexo às Contas individuais do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.11 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas individuais do Banco, na nota 8 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

Deste modo, a derrogação desta política contabilística para o ano 2013 tem como impacto que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 900.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 130.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo e dos capitais próprios de aproximadamente 770.000 euros. O impacto da derrogação desta política contabilística no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não tem significado.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 30 de Abril de 2014

Vilar, Campos, Gomes & Associados, SROC, Lda. (SROC 180)
Representada por Cristina Gomes (ROC 1088)



XVI. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A., referentes ao exercício de 2013, dando, assim, cumprimento às disposições legais – alínea g) do n.º1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias.
2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais Colaboradores do Banco e do Grupo.
6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
 - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
 - c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A., nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 30 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal



XVII. EXTRACTO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 28 DE MAIO DE 2014

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, realizada no dia 28 de Maio de 2014, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) Foi aprovado por unanimidade o Relatório de Gestão e Contas e das Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2013.
- 2) Foi aprovada por unanimidade a proposta de aplicação do resultado líquido positivo do exercício, no valor de **€7 049 164,09** (sete milhões, quarenta e nove mil, cento e sessenta e quatro euros e nove cêntimos) com a seguinte aplicação:
 - Para Reforço da Reserva Legal: € 704 916,40
 - Distribuição de Dividendos: € 1 750 000,00
 - Para Reservas Livres: € 4 594 247,69
- 3) Foi aprovado por unanimidade um louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções dos referidos órgãos, relativamente ao exercício de 2013.
- 4) Foi aprovada por unanimidade a eleição do Exmº Senhor Eng. Paulo Martins de Sena Esteves como Membro do Conselho de Administração e, dentro deste, como membro da Comissão Executiva, para o mandato em curso.
- 5) Foi aprovada por unanimidade a eleição do Exmº Senhor Joaquim Manuel Martins da Cunha como Membro da Comissão de Remunerações.
- 6) Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 29 de Maio de 2014.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Luís Neiva dos Santos)

BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

Av. da Boavista, 1083

4100-129 Porto

Tel. +351 226 086 460

Fax. +351 226 086 493

www.bancocarregosa.com

info@bancocarregosa.com

**Matriculado na CRCP sob o número único
de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015**

Capital Social: 20.000.000 euros

Edição e Propriedade: BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

Design: SKA - Brand Development

Ano de Edição: 2014

